

revista

OVELHA

No 73 Set 2020 | Ano XXXIII | Preço ~~2,50~~ Euros | ISSN 0805356

Depois de cancelada a edição de 2020,
devido ao surto da covid-19,
a 37.ª Ovíbeja já tem data marcada
de 21 a 25 de abril do próximo ano
sendo a temática
"Agricultura Consciência"

Os laboratórios de Química e Veterinária
da ACOS são elementos importantes
para a vida dos agricultores da nossa
região. Por isso têm sido reforçados
em novos equipamentos
e tecnologias

**ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS DO BAIXO ALENTEJO
RESPONDEM À CRISE PROVOCADA PELA COVID-19**

ACOS LAB3

LABORATÓRIO DE QUÍMICA DA ACOS

ANÁLISES À AZEITONA, AO AZEITE E AO BAGAÇO

O LABORATÓRIO DE QUÍMICA DA ACOS RECEBE AMOSTRAS DE PRODUTORES E DE LAGARES DE COOPERATIVAS OU DE EMPRESAS PARA:



DETERMINAR O **MOMENTO IDEAL PARA A COLHEITA DE AZEITONA**



AVALIAR E MONITORIZAR O **RENDIMENTO E A QUALIDADE (ACIDEZ) DAS AZEITONAS** AO LONGO DA CAMPANHA



DETERMINAR A **ACIDEZ DO AZEITE EXTRAÍDO** PARA A **PREPARAÇÃO DOS LOTES - MÉTODOS RÁPIDOS**



DETERMINAR A **QUALIDADE E A PUREZA DO AZEITE PRODUZIDO**



DETERMINAR AS **PERDAS DE AZEITE NO BAGAÇO E O SEU TEOR EM CAROÇO**



FAZER ANÁLISES PARA **CALIBRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MÉTODOS RÁPIDOS (NIR)**

CONTACTOS

Rua Cidade S. Paulo, nº 36
Apart. 296 7801-904 Beja
Telf. +351 284 249 011 | +351 284 310 350
E-mail: laboratorio@acos.pt



ACOS
AGRICULTORES
DO SUL



ACOS LAB3

LABORATÓRIO VETERINÁRIO DA ACOS

O LABORATÓRIO VETERINÁRIO ESTÁ PREPARADO PARA
DAR RESPOSTA A **SERVIÇOS OFICIAIS, MÉDICOS
VETERINÁRIOS E PRODUTORES** NO ÂMBITO DE:



CONTROLOS OFICIAIS DE SAÚDE ANIMAL

(PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO OU CONTROLOS
OBRIGATÓRIOS DE DOENÇAS, COMO A BRUCELOSE
E A DOENÇA DE AUJESZKY)



ANÁLISES PARA EXPORTAÇÕES DE ANIMAIS VIVOS



PROGRAMAS VOLUNTÁRIOS DE SAÚDE ANIMAL
(BOVICARE – IBR E BVD)



APOIO AO DIAGNÓSTICO CLÍNICO



AVALIAÇÃO DO GRAU DE ELIMINAÇÃO DE OVOS DE PARASITAS
ATRAVÉS DE **ANÁLISES COPROLÓGICAS (FEZES) AOS ANIMAIS**
(DECISÃO SOBRE TRATAMENTOS DESPARASITANTES)



CONTROLO DE QUALIDADE DE LEITE

CONTACTOS

Rua Cidade S. Paulo, nº 36
Apart. 296 7801-904 Beja
Telf. +351 284 310 360 | +351 284 310 350
E-mail: laboratorio@acos.pt



ACOS AGRICULTORES
DO SUL



A agricultura e os desafios imprevisíveis e improváveis

Com actividade a céu aberto, os agricultores estão expostos a desafios imprevisíveis devido a uma aleatoriedade de fenómenos. Tratando-se de um sector primário que tem como função suprimir as necessidades básicas da Humanidade, o trabalho agrícola tem necessariamente de funcionar em contínuo, incluindo sábados e domingos, feriados e dias santos, com frio, calor, chuva ou seca. E também, agora, como se está a verificar, em contexto de pandemia.

É centrado neste âmbito, que muito aconteceu e estará ainda por acontecer. Em relação às consequências da primeira vaga da pandemia, observaram-se falhas nos circuitos de comercialização e dificuldades de escoamento dos produtos, redução da procura, baixas severas de preços, com grande relevância nos produtos agroalimentares - animais vivos e seus derivados - ovinos, caprinos, bovinos, suínos, entre outros. Mantém-se ainda grande apreensão em relação às fortes probabilidades de uma segunda vaga no próximo Outono/Inverno. As consequências de tudo isto vão continuar a acontecer, com tendência para agravamento. Perante este cenário, importa desde já definir algumas medidas de apoio, que garantam a sustentabilidade económica das explorações e o normal escoamento das produções de modo a garantir o fornecimento regular de alimentos aos consumidores.

Do patamar do sector primário para o terciário, dos serviços, onde se inclui a comercialização e a venda ao consumidor final, notam-se, muitas vezes, diferenças de oportunidade abismais. É este fosso que importa preencher com igualdade de oportunidades. Com criação de circuitos que encurtem a distância entre a produção e o consumo e valorize mais quem produz e a forma como o faz. Com o apoio ao associativismo dos produtores primários, de modo a criar escala. É preciso dirigir o foco para a produção. Remunerar adequada e justamente quem produz. Com respeito pelo meio ambiente. É aqui que entra a necessidade de se traçarem políticas nacionais e comunitárias que saibam valorizar adequadamente a atividade agropecuária com minimização dos riscos. Com salvaguarda da soberania alimentar nacional. Com criação de estruturas de armazenagem e aprovisionamento. Com medidas sérias de coesão social e territorial. De abastecimento e segurança alimentar.

A agricultura é sem sombra de dúvidas um sector estratégico nacional. Importa saber valorizá-lo e protegê-lo de toda e qualquer adversidade. E que o mesmo tenha voz audível nas estruturas de decisão política, como forma de salvaguardar a independência e o interesse nacionais.

Claudino Matos, *Director Geral da ACOS*

Estatuto Editorial A Revista OVELHA é uma publicação mantida pela ACOS – Agricultores do Sul, desde o primeiro momento da constituição desta associação. Publicada há mais de 30 anos, a Revista Ovelha cobre uma variedade de tópicos relacionados com a agricultura, a pecuária, as agroindústrias, o associativismo, as políticas agrícolas e o desenvolvimento rural incluindo ainda temáticas culturais e ligadas à sociedade civil. Inicialmente concebida como principal meio de informação para com os seus associados, a Revista OVELHA desde logo se diferenciou das demais, pelo nível técnico e científico dos conteúdos publicados, pelo seu posicionamento editorial e até pela sua identidade gráfica. Progressivamente, e refletindo o crescimento desta associação, a Revista OVELHA, continuando a dirigir a informação aos seus associados, passou também a ser a publicação oficial da OVBEJA, dando cobertura à programação do certame. A revista ampliou o âmbito editorial e, além da agricultura, passou a incluir temáticas ligadas à cultura e à sociedade civil. Distribuída pelos expositores e milhares de visitantes do certame, a revista viu aumentar a sua divulgação e notoriedade. A Revista OVELHA desde sempre contou com a colaboração permanente dos mais prestigiados investigadores e técnicos, divulgando as novidades e tendências do sector agrícola, através de artigos técnicos e científicos e colunas de opinião das mais diversas personalidades e instituições de diferentes quadrantes: político, empresarial, cultural e institucional. O seu posicionamento editorial pauta-se por uma postura atenta aos desafios e oportunidades da agricultura regional, nacional e internacional. Acompanha os grandes desenvolvimentos do sector e das políticas agrícolas, sempre com uma visão independente e crítica com o intuito de informar, lançar o debate, defender e reivindicar os interesses dos seus associados, parceiros e dos agricultores em geral.

Cofinanciado por



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020





Ovibeja

Próxima edição de 21 a 25 de abril de 2021

4

NOTÍCIAS ACOS

Formação profissional a distância

4

Produtores de azeite avançam com suspensão voluntária da colheita nocturna

5

Covid-19 interfere nas dinâmicas de mercado e preços da lã

6

Aumenta consumo de “Cereais do Alentejo”

7

Laboratório de Química

8

Laboratório de Veterinária

9

CEBAL

Balanço da actividade de 2019 e perspectivas para o futuro

10

Equipas de investigadores apresentam ao mercado projetos de negócio

11

Dossiê FAABA

Quais foram as repercussões para os sectores da produção e escoamento dos produtos e serviços agropecuários alentejanos

12/25

Perfil

António Nunes Ribeiro

“Indispensável a presença do associativismo agrícola”

26/27

Caprinicultura

28/32

Investigação

SerpaFlora

Proposta de medidas para a reestruturação do setor

34/39

Todo o Alentejo deste Mundo

Próxima edição da Ovibeja de 21 a 25 de abril de 2021

Atendendo à emergência de saúde pública no âmbito da pandemia pela Covid - 19, a ACOS - Associação de Agricultores do Sul, entidade organizadora da Ovibeja, viu-se forçada a cancelar a 37ª edição da feira, tendo aproveitado a oportunidade para anunciar a data do próximo ano: de 21 a 25 de abril de 2021.

A Ovibeja é feita pelas pessoas e para as pessoas e só

faz sentido com o sentido de pertença e de festa que as pessoas lhe dão, razão pela qual o evento deste ano não foi adiado mas sim cancelado.

“Agricultura Consciência”, o tema que tinha sido escolhido para a edição deste ano da Ovibeja, e que deverá manter-se no próximo ano, reflecte uma postura de trabalho e de defesa do que é mais genuíno em conformidade com os desafios colocados pela ciência.



ACOS inicia formação profissional a distância

A ACOS vai iniciar cursos de formação a distância. Diversificar a oferta formativa e ir ao encontro dos diferentes públicos-alvo, são alguns dos propósitos da ACOS com a abertura às modalidades de ensino/aprendizagem em E-learning e em B-learning, ou seja, integralmente à distância ou com uma componente prática presencial.

Depois de um interregno em consequência da Covid-19, o Serviço de Formação Profissional da ACOS já está a retomar a sua

oferta formativa presencial com todas as medidas de distanciamento social, higiene e segurança recomendados pela Direcção-Geral de Saúde. Já estão em funcionamento os EFA's - Cursos de Educação e Formação de Adultos - em Beja, Portalegre e Avis e estão a ser agendadas e reagendadas várias outras acções de formação presencial. Como complemento e para responder aos pedidos de formação a distância estão a ser preparadas, para arrancar no início de Setembro, três acções de formação em regime de

E-learning. São elas Modo de Produção Biológico, Modo de Produção Integrado e Agricultura Sustentável, cada uma delas com uma carga horária de 50 horas.

A ACOS - Associação de Agricultores do Sul é uma entidade formadora desde 1995, certificada pela DGERT - Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho em diferentes áreas de educação e formação, embora a sua oferta formativa incida, maioritariamente, na área 621 - Produção Agrícola e Animal.

Azeite

Produtores de azeite avançam com suspensão voluntária da colheita nocturna

Olivum, CAP, CONFAGRI e Casa do Azeite selam acordo para a suspensão voluntária e temporária da colheita noturna mecanizada de azeitona com efeitos imediatos. O reconhecimento por parte das associações signatárias da necessidade desta recomendação prende-se com o potencial risco de impacto negativo na avifauna presente no olival.

As quatro associações consideram importante o aprofundamento de um estudo científico que permita conhecer com rigor e de forma detalhada os impactos da colheita noturna, bem como identificar as medidas e recomendações de salvaguarda da avifauna.

“O sector é o principal interessado em garantir a preservação dos ecossistemas locais e a salutar convivência entre agricultura e meio ambiente, uma vez que ambos coexistem de forma indissociável”, salienta Gonçalo Almeida Simões, director executivo da Olivum, Associação de Olivicultores do Sul.

Os resultados preliminares do primeiro e único estudo realizado (campanha 2019/2020), que ocorreu nas explorações cedidas voluntariamente pelos olivicultores, indicam uma grande diversidade de aves, confirmando a biodiversidade existente no olival.

Ainda assim, o estudo não permitiu o mapeamento da avifauna nos olivais e territórios envolventes e revelou que os métodos de espantamento básicos utilizados se mostraram ineficazes para afugentar as espécies que escolhem as oliveiras como habitat.

Os signatários deste acordo entendem ser necessário aprofundar tecnologias inovadoras de espantamento das espécies do olival, com o objectivo de conciliar práticas agrícolas com a presença nocturna de aves.

“A Olivum sublinha a necessidade de extrema ponderação e reflexão sobre o tema sob pena de poder vir a ser colocada em causa a competitividade do azeite português no mercado internacional e a garantia da excelente qualidade do azeite produzido em Portugal, nomeadamente do azeite virgem extra”, afirma o director executivo da Olivum.

O sector da produção de azeite tem-se revelado de grande relevância para a economia nacional, nomeadamente através da sua vertente exportadora, resistindo à crise provocada pela Covid-19 sem recurso a despedimentos ou lay-off.



A Olivum sublinha a necessidade de extrema ponderação e reflexão sobre o tema sob pena de poder vir a ser colocada em causa a competitividade do azeite português no mercado internacional e a garantia da excelente qualidade do azeite produzido em Portugal, nomeadamente do azeite virgem extra.

Campanha de tosquia e lã da ACOS

Covid-19 interfere nas dinâmicas de mercado e preços da lã



A ACOS criou em 2014 o serviço de tosquia e lãs com o objectivo de valorizar esta fibra natural, ganhar escala e poder negocial de modo a proporcionar mais-valias para os produtores. Este serviço nasceu fruto de uma parceria com uma cooperativa espanhola de 2º Grau bem posicionada no mercado, a Comercial Ovinos, que procede à lavagem, escolha, embalagem e armazenamento da lã, e a coloca no mercado em períodos mais favoráveis, sempre que para isso haja condições.

Com base num contrato que estabelece compromissos entre as partes, a ACOS garante aos seus associados todo o serviço desde a tosquia até à comercialização da lã. A tosquia é feita por equipas externas, contratadas, dada a escassez de tosquiadores nacionais encartados. Por 1,70 euros, as equipas da ACOS garantem todas as fases do processo, desde a apanha dos animais, até ao ensaque da lã. A adesão a este serviço por parte dos sócios tem vindo a crescer, com aumento do número de ovelhas tosquiadas. Em 2014 foram tosquiadas cerca de 20 mil ovelhas, em 2015

cerca de 64 mil, em 2016 foram 98 mil, e desde 2017 o número de animais tosquiados tem rondado os 124 mil.

A Covid-19 provocou este ano algumas perturbações neste processo, com atrasos na chegada de equipas de tosquia. Ainda assim, foram tosquiados mais de 100 mil animais. A lã ainda está a ser recolhida, razão pela qual não é possível saber com precisão qual a quantidade total que a ACOS vai concentrar este ano.

Em relação ao preço e condições de escoamento da lã, neste momento são mais as dúvidas que as certezas. Um dado certo é, para já, a significativa desvalorização do preço da lã. O valor final só será conhecido após a conclusão das vendas no mercado.

Fatores que influenciam o preço e escoamento da lã

O encerramento temporário das fronteiras provocado pela pandemia e a redução do consumo verificada no mercado têxtil são apenas dois dos vários factores que estão este ano a influenciar o preço e escoamento da lã no mercado mundial. O fecho das fronteiras criou ainda dificuldades acrescidas para a ACOS com atrasos na chegada das equipas de tosquiadores, o que atrasou todo o processo de tosquia.

A nível externo e de acordo com notícias de agências de informação internacionais, parte da explicação relacionada com a desvalorização do preço da lã tem origem na Austrália, o principal produtor e exportador desta matéria-prima. Em consequência da pandemia a nível mundial, este continente viu as suas rotas de comercialização interrompidas de forma inesperada, fenómeno que se junta à situação de seca que já vinha de trás. Os preços passaram a ser controlados, sem concorrência, por outro gigante da lã, a China, que é o principal comprador mundial desta matéria-prima. Com base em dados entre março e junho deste ano, os preços caíram para cerca de metade comparativamente ao ano passado. Sendo que, em 2019 já tinha havido uma quebra, embora ligeira, no preço final da lã no mercado mundial.

Tendo em conta que a pandemia está também a afetar a indústria têxtil, o preço da lã está neste momento a

ser condicionado por vários factores em relação aos quais ainda não são bem conhecidas as suas consequências.

Algumas características da lã

Além de factores externos, os preços da lã também dependem de factores genéticos dos animais, que podem ser trabalhados e melhorados.

A lã da Austrália é, de longe, a mais valorizada no mercado, com produção da lã mais fina do mundo. Um dado curioso é que as ovelhas de raça merina que existem naquele país são provenientes da Península Ibérica. A explicação é que são sujeitas a um rigoroso programa de melhoramento genético. Só para contextualizar em termos gerais, uma das características de diferenciação da lã é a micragem ou diâmetro da fibra. É tanto mais valorizada quanto mais fina. A lã nacional ronda, em termos médios, as 24/22 micras (a unidade de espessura da lã). Em Espanha ronda as 22/21. A Austrália consegue atingir as 14/13, com valores que atingem três a quatro vezes os preços do nosso país.

A lã é uma matéria-prima natural de características únicas, mas que foi secundarizada a partir dos anos 80 com a novidade das fibras sintéticas a preços altamente competitivos. Aumentaram os stocks, decresceu a produção, reduziram os preços. Descurrou-se a melhoria genética, fizeram-se cruzamentos de raças com vista à produção de carne, e a qualidade da lã foi-se descuidando. E o seu preço foi baixando de forma muito significativa. Houve anos em que tosquiar as ovelhas representava prejuízo para os produtores.

No entanto, por mais que a ciência se desenvolva e que a tecnologia evolua, ainda não se conseguiu produzir uma matéria-prima tão distinta quanto a lã. A lã é tanto isolante do frio, como do calor. Quando absorve humidade liberta calor e ao perder humidade absorve-o. Usada em vestuário, funciona no corpo humano como isolante térmico.

Outra característica da lã é ser não inflamável. De acordo com literatura científica publicada, absorve ruídos, é resistente ao fogo, impede a electricidade estática e protege a pele contra raios ultravioletas. Tem propriedades antimicrobianas. Para além de tudo isto, é um produto renovável e reciclável.

A pouco e pouco e ainda enquanto nicho de mercado, a lã tem vindo a ser revalorizada, tanto para a indústria, como para produção artesanal. Nesse sentido, a ACOS tem vindo a sensibilizar os produtores de ovinos seus associados para a importância de apostar no melhoramento genético dos efectivos ovinos, como forma de aumentar a qualidade da lã. A lã merina branca fina é a mais valorizada. Segue-se a lã merina branca corrente, a lã pigmentada, a lã campaniça e lã churra. A ACOS escolhe ainda, a partir dos rebanhos dos seus associados, aninhos brancos e aninhos pigmentados (lã proveniente da primeira tosquia) e ainda lã lacau.

Aumenta consumo de “Cereais do Alentejo”

Fez em Maio um ano que foi lançada a marca ‘Cereais do Alentejo’. O projecto foi criado pela ANPOC (Associação Nacional de Produtores de Proteaginosas, Oleaginosas e Cereais) fruto de uma parceria entre Fernando Carpinteiro Albino, produtor de cereais e presidente do Clube Português de Cereais de Qualidade, e Ondina Afonso, presidente do Clube de Produtores Continente.

De acordo com notícia na Voz do Campo, “de um pequeno contrato de 400 toneladas, em 2017, para o fornecimento de trigo mole panificável para a Sonae MC, o negócio com o líder do retalho alimentar, em parceria com a Germen, evoluiu para as 3950 toneladas na campanha de 2019/2020. Uma clara aposta da Sonae MC na qualidade e no apoio à produção portuguesa, sempre encabeçada por Ondina Afonso e gerida por uma equipa que acredita, verdadeiramente, no projecto. Para a próxima campanha já serão 4050 toneladas.

Segundo José Palha, Presidente

da ANPOC, detentora da marca ‘Cereais do Alentejo’, o segredo está na origem, na rastreabilidade e certificação, e, naturalmente, na qualidade: “oferecemos um produto 100% nacional, resultante de sementes certificadas de variedades recomendadas pela investigação e indústria, totalmente rastreável desde o produtor ao consumidor, certificado por uma entidade independente e que agrega um conjunto de características que lhe conferem uma qualidade ímpar”.

O mesmo meio de comunicação destaca que o cereal do Alentejo é, pelas características edáfo-climáticas da região, um cereal com um teor de humidade inferior ao dos cereais importados e, portanto, mais são e menos atreito a contaminações por microrganismos; o teor de proteína, quando comparado com cereais da mesma classe, é também superior; e reúne ainda um conjunto de características físicas e organoléticas que, de acordo com a indústria transformadora, resultam em produtos de elevadíssima qualidade”.



Laboratório de Química da ACOS

Novos equipamentos ao encontro das necessidades dos produtores de azeitona e de azeite

O Laboratório de Química da ACOS adquiriu recentemente equipamentos que permitem alargar significativamente a sua oferta de análises de azeite, indo ao encontro das necessidades dos produtores. Deste modo, tornou-se possível fazer no laboratório da ACOS uma grande parte das determinações analíticas necessárias à classificação do azeite como virgem extra, virgem ou lampante, e que estão definidas em regulamentos comunitários. Estas análises permitem avaliar a qualidade e a pureza do azeite, ou seja, se o azeite produzido tem qualidade adequada à sua comercialização e se não tem misturas com outros óleos vegetais. Os possíveis problemas na qualidade podem resultar de falhas durante o processo de produção, transformação e armazenamento e poderão conduzir a uma desvalorização do azeite produzido, enquanto que os problemas de pureza podem resultar de contaminações acidentais ou de fraudes.

Assim, o laboratório da ACOS tem actualmente disponíveis análises de rendimento e qualidade em azeitona (determinação da gordura, humidade e acidez), análises de bagaço de azeitona (determinação da gordura, humidade e caroço) e análises de qualidade (acidez, índice de

peróxidos, absorvências, ésteres etílicos, humidade, impurezas) e de pureza do azeite (ácidos gordos, ceras, estigmastadienos). Deste modo, consegue dar apoio na decisão sobre o momento ideal para a colheita da azeitona, monitorizar o rendimento e a qualidade das azeitonas ao longo da campanha, determinar as perdas de azeite no bagaço e fazer as análises obrigatórias para a comercialização de azeite, incluindo as que são necessárias para as exportações, designadamente para o Brasil.

Para assegurar e atestar a qualidade dos resultados do seu laboratório, a ACOS optou por pedir acreditação pela norma NP EN ISO/IEC 17025, que foi obtida em 2015. A acreditação segundo esta norma é um reconhecimento da competência técnica do laboratório e obriga a um controlo de qualidade permanente dos ensaios realizados. Este controlo de qualidade implica, por exemplo, a participação em ensaios de comparação interlaboratorial, nos quais o organizador do ensaio envia uma mesma amostra para vários laboratórios de todo o mundo, comparando e avaliando os resultados obtidos. O laboratório da ACOS participa anualmente em três ensaios de comparação interlaboratorial de azeite, um de azeitona.



Laboratório de Veterinária da ACOS

Diarreia Viral Bovina (BVD)

Maria Helena Monteiro

*Responsável técnica
dos laboratórios de Química
e Veterinária da ACOS*

hmonteiro@acos.pt

A Diarreia Viral Bovina (BVD) é uma doença dos bovinos provocada por um pestivírus com uma distribuição mundial, mas que não afecta o Homem. Tem um grande impacto na saúde dos animais e na produtividade das explorações, razão pela qual alguns países optaram por implementar programas de controlo e erradicação, nalguns casos obrigatórios e noutros voluntários. Em Portugal, a Região Autónoma dos Açores tem um programa de controlo e erradicação de BVD financiado pelo Governo Regional enquanto que no resto do país os programas existentes são voluntários.

O impacto na produtividade das explorações é determinado pelos sintomas da doença que poderão ser redução da fertilidade, aumento do número de abortos, de mortalidade neonatal e de malformações congénitas, aparecimento de diarreia e de sintomas respiratórios.

A transmissão da doença faz-se principalmente pelo contacto com animais infectados que eliminam o vírus através da suas secreções e excreções (descargas nasais, aerossóis, saliva, lágrimas, fezes, urina, fluidos uterinos e leite). Poderá também ser transmitida através da contaminação de objectos que funcionam como vectores do vírus (utensílios, botas, por exemplo).

Um dos tipos deste vírus tem a particularidade de conseguir infectar persistentemente os fetos cujas mães são infectadas entre os 45 e os 125 dias de gestação. Estes animais podem chegar ao fim da gestação e nascerem sem qualquer sintoma da doença, apesar de serem portadores do vírus. Designam-se como “Persistentemente Infectados” (PI’s) e como entraram em contacto com o vírus numa fase muito precoce do seu desenvolvimento fetal, o seu sistema imunitário considera o vírus como um “constituente” do organismo do animal, não activando qualquer mecanismo de defesa para o eliminar. Estes animais têm uma importância fundamental na transmissão da doença, uma vez que são portadores do vírus para o resto da vida, e não tendo qualquer tipo de resposta imunitária excretam-no em grandes quantidades. Não é possível

erradicar a doença de uma exploração sem identificar e eliminar estes animais.

O controlo desta doença passa fundamentalmente por escrupulosas medidas de biossegurança, identificação e eliminação dos animais PI’s e vacinação.

A implementação de medidas de biossegurança tem como principal objectivo a protecção dos animais das explorações e deverão ser adoptadas não só para o controlo do BVD, mas também para controlo de muitas outras doenças. Alguns exemplos de medidas de biossegurança, com grande importância no controlo das doenças de um efectivo, são a testagem de novos animais e a aquisição de animais em explorações com estatuto sanitário conhecido.

A identificação de animais PI’s é fundamental para conseguir controlar esta doença porque estes animais excretam vírus permanentemente, infectando outros animais, incluindo vacas gestantes que poderão dar origem a outros animais PI’s, perpetuando a doença na exploração. Numa exploração infectada com BVD estes animais devem ser identificados o mais precocemente possível e eliminados. Estes animais não deverão ser vendidos para outras explorações.

A vacinação é também uma ferramenta muito importante para o controlo do BVD que permitirá reduzir o aparecimento dos sintomas e nalguns casos reduzir a probabilidade de nascimento de animais PI’s.

O Laboratório Veterinário e o Agrupamento de Defesa Sanitária da ACOS têm disponível um programa voluntário de controlo de BVD (BOVICARE), que permite fazer numa 1ª fase a avaliação da exploração e posteriormente adoptar as medidas adaptadas a cada caso em particular. O Laboratório Veterinário disponibiliza as análises que permitem identificar os animais portadores do vírus e os animais que estiveram em contacto com o vírus. Estas análises poderão ser feitas no âmbito do BOVICARE ou fora deste programa, para venda ou aquisição de animais ou para deslocações para centros de testagem.



A implementação de medidas de biossegurança tem como principal objectivo a protecção dos animais das explorações e deverão ser adoptadas não só para o controlo do BVD, mas também para controlo de muitas outras doenças.

Assembleia Geral

CEBAL faz balanço da actividade de 2019 e analisa perspectivas para o futuro



O Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia - edifício CEBAL, candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Beja, prevê o lançamento da empreitada para o segundo semestre de 2020

Na sua Assembleia Geral, que decorreu em Junho último, o CEBAL fez um balanço da actividade de 2019 e apresentou perspectivas para o futuro. No relatório de actividades e contas relativo a 2019, destacou o aumento na prestação de serviços, “como reflexo de uma maior articulação com os agentes económicos regionais, um maior investimento nos projectos em curso evidenciando no global um balanço ligeiramente superior a 2 milhões de euros, bem como um aumento significativo do resultado líquido do exercício”.

No que respeita a indicadores de resultados das actividades técnico-científicas, os responsáveis do CEBAL destacaram a execução de 20 projectos de investigação nas principais áreas de actuação, com destaque para a submissão de 12 novas candidaturas, publicação de 13 artigos científicos em revistas internacionais, 41 participações em congressos nacionais e internacionais, duas teses de doutoramento e submissão de 6 seis pedidos de patente. Este trabalho foi desenvolvido por uma equipa multidisciplinar de 52 colaboradores, que inclui 11 doutorados, 15 bolsiros de Investigação, oito alunos de doutoramento, 4 alunos de mestrado e licenciatura, gestores de projectos, administrativos e estagiários.

O CEBAL aprovou também em Assembleia Geral a alteração dos estatutos, com destaque para a abertura a novas tipologias de associados ajustada às diferentes tipologias de empresas, para reforço do objectivo de continuar a captar mais associados.

Em relação ao primeiro semestre de 2020 e apesar do contexto da Covid-19, o CEBAL demonstrou que não parou de trabalhar. “Até junho foram candidatados mais de 1,5 milhões de euros em diferentes programas de financiamento (nacionais e internacionais), foram apresentadas quatro candidaturas para bolsas individuais de doutoramento e quatro candidaturas ao programa de estímulo ao emprego científico Individual, ambas promovidas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia”.

O destaque vai para a transferência de tecnologia que, segundo o CEBAL “tem sido eleita como uma área chave. O Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia - edifício CEBAL, candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Beja, prevê o lançamento da empreitada para o segundo semestre de 2020. O novo edifício CEBAL permitirá a organização colectiva deste Centro potenciando o trabalho em rede, a sua expansão e a partilha de conhecimento”.



Mercado

Equipas de investigadores apresentam projectos de negócio

Para facilitar a transferência de conhecimento para o mercado, equipas do CEBAL participaram, durante três meses, num programa de capacitação intensiva com o acompanhamento de mentores especialistas em diversas áreas, para que projetos nascidos de investigação académica, mas com potencial de negócio, se possam apresentar ao mercado de forma estruturada e convincente.

O programa de capacitação – Born from Knowledge (BfK) – Rise é um Programa de Aceleração de Ciência e Tecnologia para valorização dos resultados da Investigação & Desenvolvimento (I&D) e de tecnologias existentes no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) com potencial de comercialização. No Alentejo foram selecionados para participar dois projectos de equipas do CEBAL, ReWhey e HiCass, num total de sete, que têm agora a oportunidade de apresentar as suas ideias de negócio a representantes de entidades institucionais, agentes académicos, investidores e comunidade empreendedora.

O projeto ReWhey com o mote “Acrescentamos valor” explora o conceito da economia circular valorizando soros residuais de queijarias tradicionais, criando uma fonte alternativa de água e obtendo concentrados nutritivos de aplicação na indústria da suplementação alimentar.

O projeto “HiCass–Faster Bioproduct” aposta na potencialidade de microrganismos bacterianos para resolver problemas de degradação da biomassa em Biorrefinarias,

Ao longo de três meses, de Março a Junho, o BfK Rise ofereceu acompanhamento e capacitação intensivos a equipas com projectos de base científica e tecnológica.

O BfK é promovido no âmbito do SIAC

— Iniciativa de Transferência de Conhecimento, cofinanciada pelo COMPETE 2020, através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

FAABA InovTechAgro

A FAABA – Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo integrou recentemente o Centro Nacional de Competências para a Inovação Tecnológica do Sector Agroflorestal – InovTechAgro.

Este novo serviço foi criado tendo como ponto de partida que “os Centros de Competência, como estruturas em rede que juntam os produtores, indústria, sistema científico e tecnológico nacional e as autarquias, têm-se revelado determinantes para alcançar a necessária competitividade e sustentabilidade socioeconómica do sector agroflorestal nacional”. Outra abordagem para o ponto de partida é o facto de “a agricultura de precisão, a digitalização e a mecanização agrícola congregarem no seu seio um conjunto de tecnologias determinantes para a produtividade das fileiras de produção agroflorestal através do uso das máquinas e com cada vez mais o recurso a plataformas digitais para apoio à decisão do agricultor. Por seu turno, a Política Agrícola Comum no período pós 2020 tem como objectivos a promoção de um setor mais inteligente, seguro, moderno e sustentável reforçando as medidas de protecção ambiental e luta contra as alterações climáticas.

Assim, o Centro InovTechAgro – Centro Nacional de Competências para a Inovação Tecnológica do Sector Agroflorestal nasceu com o objectivo de congregar um conjunto de entidades relevantes para aprofundar os conhecimentos que existem sobre esta matéria.

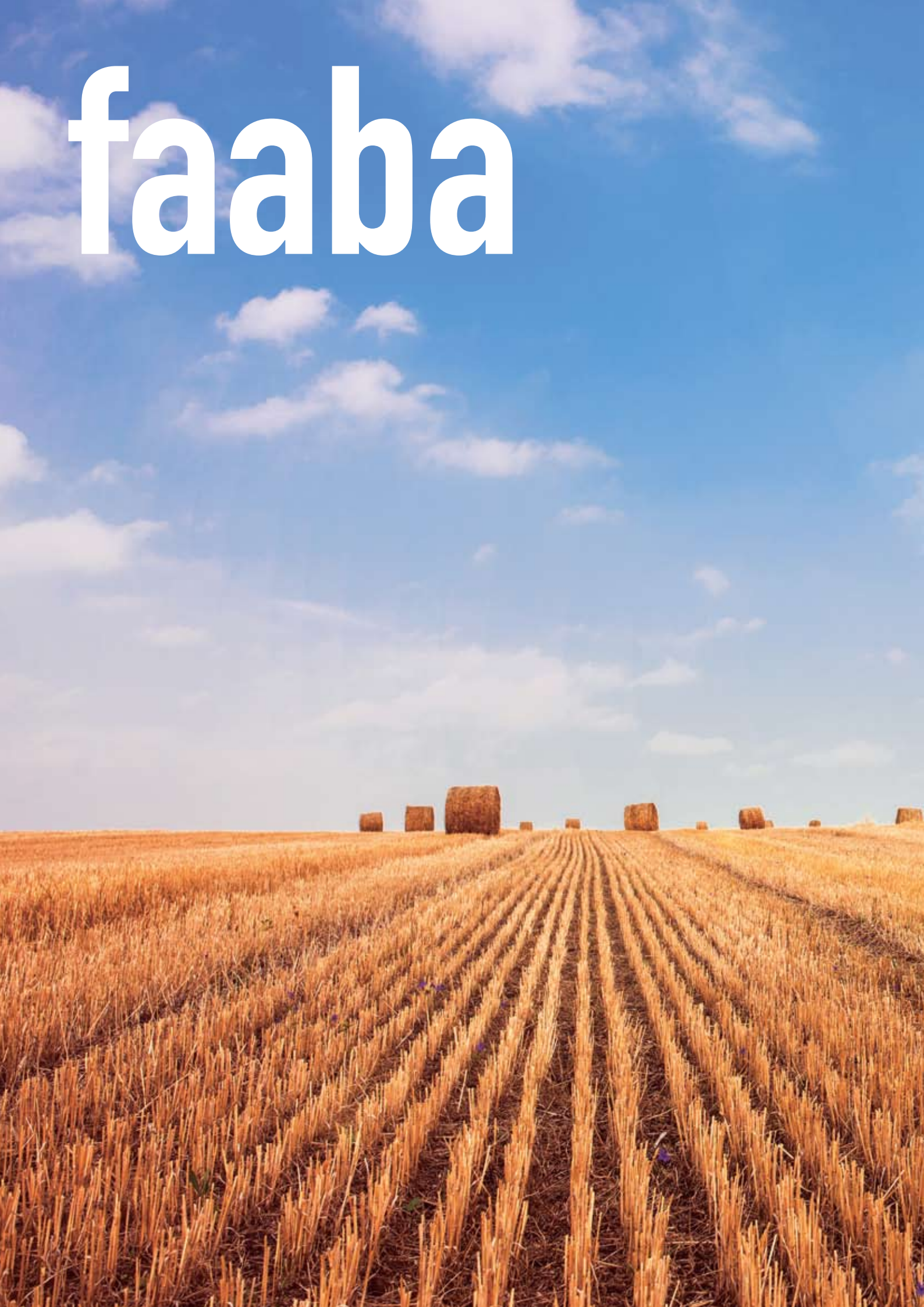
“A agricultura de precisão, a digitalização e a mecanização agrícola constituem plataformas necessárias e imprescindíveis para a adopção do conceito de uma agricultura mais moderna e sustentável, envolvendo mapas de produtividade, cartas de condutividade eléctrica do solo, georreferenciação por satélite, sistemas sensoriais para monitorização em animais, sistemas de automação de

funções de condução e aplicação de produtos a taxa variável e interfaces para comunicação de dados à distância e, apesar da ainda predominância do uso de combustíveis fósseis constitui um enorme campo de acção no estudo e implementação do uso de biocombustíveis”.

O Centro tem ainda em conta que “a rápida evolução tecnológica de máquinas e equipamentos requer a constante actualização de conhecimentos dos curricula permitindo a qualificação dos seus utilizadores e potenciando condições mais seguras de trabalho”.

O grande objectivo do Centro é a promoção do desenvolvimento das atividades de dinamização, investigação, transferência de conhecimento, consultoria, cooperação e qualificação dos agentes envolvidos no âmbito da agricultura de precisão, digitalização e mecanização agroflorestal. Compete assim ao Centro “potenciar o aumento de competitividade e inovação das empresas agrícolas bem como o seu desenvolvimento científico e tecnológico no que respeita ao uso de instrumentos de agricultura de precisão, digitalização e mecanização. Propor uma Agenda de Investigação de Inovação integradora e em articulação com os demais Centros de Competências no âmbito da agricultura de precisão, da digitalização e da mecanização face aos desafios impostos pelas fileiras de produção. Tem ainda como propósito, promover e participar na investigação, experimentação, demonstração e estudos de desenvolvimento integrado no âmbito da agricultura de precisão, da digitalização e da mecanização capaz de responder aos desafios impostos pelas fileiras de produção agrícola e florestal”.

Para atingir os objectivos a que se propõe este centro desenvolve a sua actividade através da produção e transferência de conhecimento e inovação, recolha, tratamento e divulgação de informação.



faaba



Inquérito

Quais foram as repercussões para os sectores da produção e escoamento dos produtos e serviços agropecuários alentejanos



Apesar da maioria da população ter estado confinada entre meados de Março e o meio de Maio, em teletrabalho ou em recolhimento obrigatório, o sector agro-pecuário, fosse o de produção ou de transformação, nunca parou, permitindo um abastecimento regular e em quantidade às populações.

Durante mais de dois meses o país parou devido ao novo vírus que assolou o mundo, alterando hábitos de vida e consumo. Apesar da maioria da população ter estado confinada entre meados de Março e o meio de Maio, em teletrabalho ou em recolhimento obrigatório, o sector agro-pecuário, fosse o de produção ou de transformação, nunca parou, permitindo um abastecimento regular e em quantidade às populações. Ainda que com regras de funcionamento restritas, impondo o uso de Equipamento de Protecção Individual e métodos de trabalho diferenciados, o sector-agropecuário respondeu com prontidão e eficácia às necessidades sentidas nessa ocasião.

No entanto, as dificuldades foram muitas. Os preços de muitos produtos baixaram, os circuitos de exportação foram suspensos em muitos casos e, noutros, o consumo desceu abruptamente. Em todas as situações, os produtores agro-pecuários tentaram ultrapassar os problemas e apresentar respostas.

Hoje, ainda em plena crise pandémica, sem ter sido encontrada uma vacina para a doença, começam a delinear-se as estratégias para o pós-Covid, num momento em que as restrições à circulação ainda provocam escassez de mão-de-obra e com os preços de alguns produtos ainda a não terem conseguido alcançar os patamares anteriores à crise.

Neste contexto, a revista Ovelha decidiu elaborar um questionário que enviou às associações que integram a FAABA – Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo, sobre quais as repercussões que a Covid-19 tem, e teve, na produção, transformação e escoamento dos produtos e serviços agropecuários.

As respostas que a seguir publicamos traçam um retrato ilustrativo de um sector muito diverso, mas que nunca esteve parado. Pelo contrário, conseguiu mobilizar esforços e, apesar dos constrangimentos e restrições, desempenhar o seu papel de forma eficiente, colocando produtos e bens essenciais nos circuitos comerciais, e fazendo com que os alimentos nunca faltassem à mesa dos portugueses.



Um sector que, no entanto, necessita de apoios e de uma visão clara quanto ao futuro. Esta crise também veio mostrar que os mercados de proximidade são cruciais e que a deslocalização de algumas produções poderá ter efeitos negativos em futuras crises. Por isso se esperam também políticas e projectos claros por parte da União Europeia, nomeadamente através da nova PAC, que poderá proporcionar um novo enquadramento da agricultura no quadro da Europa do futuro.

1. Quais as consequências que a Covid-19 provocou ou está a provocar na actividade laboral da associação que representa?
2. Quais são as principais dificuldades que os vossos associados estão a sentir considerando a diversidade de produções em que estão envolvidos?
3. Como é que se poderá equacionar o futuro da agricultura, e do vosso sector de actividade em particular, com base no que actualmente se conhece sobre as consequências da Covid-19 no curto e médio prazo?
4. Qual deverá ser o papel que a Nova PAC deverá assumir para mitigar os impactos desta crise nas várias actividades dos agricultores que a vossa associação representa?

Esta pandemia veio mostrar que temos de ganhar maior autossuficiência alimentar



Manuel Reis

Presidente da ABORO

1. Em 13 de Março foi elaborado o primeiro Plano de Contingência da ABORO, após reunião de direção no sentido de dar seguimento as recomendações gerais da Direção Geral de Saúde para indicar as principais medidas a tomar para prevenir e mitigar os seus efeitos. Foi fechado o atendimento ao público passando todas as atividades de contato com os nossos beneficiários a ser realizado por telefone e mail, e podemos desde já afirmar que correu muito bem sem constrangimentos e teve a total compreensão e cooperação dos nossos beneficiários. Em 1 de Abril, com o avançar da pandemia fizemos uma revisão ao primeiro Plano de Contingência e no escritório passamos a funcionar metade em teletrabalho em casa e outra metade no escritório, e mais uma vez consideramos que correu muito bem. No campo, para o sistema de distribuição de água em pressão, fizemos 3 equipas de dois funcionários cada, que se reúnem em locais diferentes e se deslocam em viaturas separadas (para cumprir o distanciamento obrigatório), o que obrigou a direção a efetuar a compra de duas novas viaturas todo o terreno. Para o siste-

ma de distribuição de água por gravidade fizemos 9 equipas de 1 só funcionário.

Até hoje o resultado é muito positivo e continuamos a realizar o nosso trabalho da melhor maneira.

2. De uma maneira geral a atividade foi decorrendo com alguma normalidade, pese embora o preço dos cereais ter baixado devido à pouca procura, nomeadamente a cevada, motivado pelo consumo de cerveja ter baixado drasticamente pois cancelaram eventos, tal como a OVIBEJA, restaurantes, festivais e o próprio confinamento. As cervejeiras não compram ou se compram é a preços muito baixos. O trigo também ficou em excesso e a maioria foi vendido para rações.

No caso do olival também se perspetiva uma baixa no preço do azeite devido à previsível redução do consumo causada pela crise resultante do COVID-19.

Não houve problemas com os fatores de produção propriamente ditos, mas houve dificuldades na aquisição de acessórios, com fábricas fechadas e restrições com o fecho das fronteiras.

Pela positiva tivemos a baixa de preço do gasóleo, que mesmo assim não acompanhou a verdadeira baixa na origem e que foi um bem de pouca dura.

3. Esta Pandemia veio revelar a nossa fragilidade como país e a grande dependência que temos do exterior. Temos de trabalhar muito no sentido de alcançar maior autossuficiência.

O perigo é enorme, pensemos, se as fronteiras tivessem fechado totalmente, incluindo a passagem de bens de consumo imediato, teria havido falta de muitos bens de primeira necessidade e apesar do setor agrícola não ter parado teria sido catastrófico.

4. O impacto desta crise não tem uma expressão específica e direta na atividade dos agricultores da nossa associação, mas sim, são impactos para toda a atividade do setor agrícola em geral.

Para os nossos agricultores os anos seguidos de seca, os altos preços praticados no tarifário da EDIA às Associações / Agricultores preexistentes em conjunto com esta crise, sim é muito grave.



Se as fronteiras tivessem fechado totalmente, incluindo passagem de bens de consumo imediato, teria havido falta de muitos bens de primeira necessidade”

Manuel Reis - ABORO

Tem de haver uma maior vontade política em todo este processo, e para mitigar as perdas de água e melhorar a eficiência, é fundamental a existência de apoios comunitários para a reabilitação e modernização das atuais e obsoletas infraestruturas de distribuição de água no A.H. de Odivelas.

Apesar de tudo, o setor agrícola não é dos mais afetados pela crise pandémica



Tratando-se dum setor em que a maioria das produções se destina à exportação, foi bastante significativa a variação negativa dos preços de mercado, decorrente da redução da procura”

*Manuel Amaro Figueira
- Associação de
Beneficiários do Mira*



ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO MIRA

Manuel Amaro Figueira

Diretor Executivo da Associação de Beneficiários do Mira

1. Na atividade da ABM, diretamente, apenas se salienta a reorganização do serviço numa perspetiva de salvaguarda do distanciamento social entre funcionários e atendimento de beneficiários, não se podendo considerar que o impacto esteja a ser muito significativo, tanto mais que a atividade de regadio não sofreu alterações relativamente ao último ano agrícola.

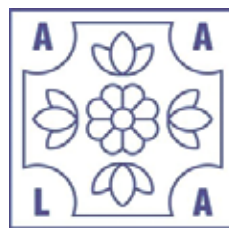
2. Ao nível dos nossos associados e tanto quanto é do nosso conhecimento houve impactos com algum significado, particularmente na atividade hortícola, com um peso muito relevante na economia do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira. Tratando-se dum setor em que a maioria das produções se destinam a exportação, foi bastante significativa a variação negativa dos preços de mercado, decorrente da redução da procura.

Este setor de atividade sofreu ainda o impacto do agravamento de custos de transporte e de mão de obra, designadamente pela redução de pessoal eventual, como forma de minimizar a circulação de trabalhadores.

3. Não parece muito razoável ponderar grandes alterações nas atividades económicas atualmente desenvolvidas. Quando muito poderá verificar-se um ajustamento entre oferta-procura decorrente da nova normalidade que vier a definir-se após o fim da pandemia.

4. A nova PAC deverá incluir ajudas específicas destinadas a apoiar as empresas comprovadamente atingidas por quebras de produção ou rendimento resultantes de alterações de mercado provocadas pela COVID 19. Num contexto de contração das economias da UE, é difícil tentar antecipar medidas, tanto mais que o setor agrícola não será dos mais afetados pela crise pandémica.

Tivemos uma quebra de preços nos animais, mas um aumento da procura na fruticultura



Edite Botelho

Presidente da AALA

- Associação de Agricultores do Litoral Alentejano

1. Na AALA, as consequências não foram alarmantes. Passámos, quando possível, a fazer atendimentos não presenciais e estamos a cumprir com as regras impostas no atendimento presencial. O volume de trabalho não diminuiu.

2. As principais dificuldades manifestadas pelos nossos associados são a quebra dos preços dos animais e a maior dificuldade de escoamento nos mercados. Em contrapartida, no ramo da fruticultura, pelo menos na nossa região, verificou-se um aumento da procura dos diferentes produtos.

3. Um dos ensinamentos que podemos tirar da pandemia é o facto de, quer a nível nacional, quer europeu, estamos muito vulneráveis e dependentes de terceiros nos mais variados setores. E o setor agrícola não é exceção, infelizmente. Se é verdade que as exportações nos últimos anos têm tido um grande crescimento,

também é verdade que continuamos a importar muitos bens de primeira necessidade o que, em situações de crise como a que vivemos, leva a que fiquemos expostos a riscos.

O mercado é mundial e a União Europeia quando pensa em políticas como é a PAC, que nos impõe um sem número de regras e objetivos com vista a uma agricultura cada vez mais sustentável e ecológica, não deve esquecer a nossa condição de importadores de países terceiros, no entanto, essas preocupações não andam em sintonia, o que claramente é uma desvantagem. Temos que pensar e ter a coragem de criar medidas de forma a haver uma maior igualdade entre os diferentes Estados.

4. Sem dúvida que temos de abrandar e repensar alguns dos caminhos que vamos traçando e a PAC será sempre o nosso instrumento para apoiar a transição para sistemas alimentares sustentáveis, assegurando ao mesmo tempo, uma vida digna aos agricultores e às suas famílias.

Agrupados em estruturas representativas agricultores têm maior capacidade de entreaajuda



Rui Garrido

Presidente da ACOS - Associação de Agricultores do Sul

1. A ACOS, enquanto estrutura prestadora de serviços e de venda de factores produção, viu reduzida a sua atividade em geral, designadamente o atendimento ao público, especialmente no mês de Abril. Os serviços foram assegurados sobretudo à distância, sempre que possível, por telefone e por email. O atendimento presencial foi retomando a pouco-e-pouco até normalizar, cumprindo todas as medidas de distanciamento social, higienização e segurança, preconizadas pela Direção Geral de Saúde.

Também a atividade formativa presencial foi suspensa temporariamente. Neste momento está em fase de normalização e foram, entretanto, criadas condições

para cursos de formação à distância (e-learning), como complemento ao formato presencial.

O SIRCA O/C - Serviço de Recolha de Cadáveres de Ovinos e Caprinos (mortos nas explorações) foi a única prestação de serviços que não foi interrompida por ter sido considerada um serviço de caráter prioritário pelos organismos oficiais.

Para a ACOS, uma das mais expressivas consequências da atual pandemia foi o cancelamento da 37ª Ovibeja. O 10º Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra - Prémio CA-Ovibeja também foi cancelado, assim como o II Congresso Luso-Espanhol de Pecuária Extensiva e Desenvolvimento Rural que estava previsto para Novembro. Este evento foi desmarcado, mas o seu figurino de reflexão e de abordagem de temas de interesse para os agricultores de ambos os países, relacionados principalmente com as medidas de política agrícola para o futuro próximo, levou os organizadores a agendarem um webinar para a mesma data.

É importante não adiar tudo o que seja conhecimento, partilha de experiências, sugestões de melhoria ou recomendações às estruturas governativas, tanto nacionais, como comunitárias. Apesar dos efeitos da pandemia, o papel da ACOS, enquanto organização representativa dos interesses dos associados, manteve-se intocável.

2. Um dos setores mais afetados no início da pandemia foi o da produção animal. Além de quebras nas vendas de borregos, de cabritos e de leitões, o acentuado decréscimo no consumo de queijo causou perdas consideráveis nos produtores de leite, principalmente de pequenos ruminantes, bem como nas queijarias. Por exemplo, o preço do borrego, que tradicionalmente atinge valores mais elevados na altura da Páscoa, sofreu baixas muito significativas em claro contraciclo com o que é normal nesta altura do ano. Também a venda de presuntos e de enchidos sofreu quebras importantes. Esta quebra de procura geral e consequente redução de preços, veio agravar as dificuldades que os produtores pecuários vinham a sentir na sequência de três anos consecutivos de seca.

Vale a pena ressaltar que, apesar das contingências, menos afetados em termos de escoamento dos animais foram os sócios que aderiram aos Serviços de Comercialização da ACOS que, por serem serviços organizados, com contratos pré-estabelecidos com estruturas do mercado, têm permitido o escoamento regular, designadamente de ovinos e bovinos. Incontornável foi a significativa redução dos preços. Os produtores individuais, não agrupados em estruturas de apoio à comercialização, ficaram mais desprotegidos, à mercê dos negociantes que na fase inicial da pandemia pura e simplesmente desapareceram.

A produção de hortofrutícolas também sofreu uma quebra significativa no consumo com as inevitáveis consequências negativas devido à generalizada baixa de preços. O vinho



“Quanto mais organizados conseguirmos estar, melhores condições teremos para fazer valer os nossos interesses e necessidades”

Rui Garrido - ACOS

foi outro setor com redução no consumo interno e nas exportações, o que afetou produtores da região associados da ACOS. Relativamente ao setor do azeite, que já vinha sofrendo reduções de preço importantes, viu também a situação de mercado agravada. Em geral, o encerramento do canal HORECA (Hotelaria, Restauração e Cafés) teve repercussões negativas e imediatas no preço e no consumo da generalidade dos produtos alimentares.

3. A pandemia veio mostrar, entre outras coisas, a importância de mantermos um nível de produção e transformação agropecuária que permita o abastecimento interno, caso haja perturbações nos canais de comercialização a partir do exterior, ou seja, a importância da nossa soberania alimentar.

Além da capacidade de resiliência do setor agrícola – que soube manter-se na linha da frente na produção de alimentos – importa aprofundar a sua ligação à ciência e à tecnologia como formas de potenciar a qualidade, a eficiência e a sustentabilidade, inclusive ambiental.

Um dado adquirido nesta crise pandémica é que a união faz a força. Ou seja, agrupados em estruturas representativas da atividade, os agricultores mantêm uma maior capacidade, não só de escoamento dos produtos, como de negociação, de entreajuda e de partilha de experiências e de conhecimento. O futuro passa por aí. Quando mais organizados conseguirmos estar, melhores condições teremos para fazer valer os nossos interesses e necessidades.

4. Os compromissos ambientais e de garantia de fornecimento de produtos alimentares aos consumidores europeus (Green Deal) são os desígnios do próximo Quadro Comunitário da Apoio. É imprescindível que a nova PAC, associada à inovação tecnológica, garanta apoios à agricultura de conservação, aos sistemas agro-silvo-pastoris, à conservação e utilização de raças autóctones, aos produtos regionais genuínos e à ocupação e dinamização das zonas rurais.

A atual disponibilidade de água na nossa região é uma realidade incontornável que conduziu a uma alteração cultural profunda nas áreas abrangidas pelo regadio e que representarão, quando atingida a sua plenitude, aproximadamente 15% da Superfície Agrícola Utilizada do Alentejo. No âmbito da nova PAC espera-se uma promoção de medidas de natureza ambiental de impacto positivo nos sistemas intensivos de produção. Ou seja, promoção de uma agricultura consciente e cientificamente suportada, tema aliás que gostaríamos de ter debatido na edição da Ovibeja que foi cancelada e cujo tema era “Agricultura Con(s)ciência”.

A confiança dos consumidores conquista-se com proximidade. É fundamental criar condições que mostrem o percurso dos produtos do prado ao prato. Este é um programa já contemplado na nova PAC, mas é importante que seja

replicado pelas estruturas da produção e não apenas em estruturas de cúpula ou do arco da governação.

Outra das preocupações da ACOS em relação às futuras medidas da PAC diz respeito à criação de condições de mercado exequíveis que permitam acautelar a armazenagem de produtos que não tenham escoamento a curto ou médio prazo. O aprofundamento do apoio às organizações de produtores deverá ser também uma medida de política imprescindível face ao que atrás referimos.

Numa palavra, a nova PAC deverá ser suficientemente flexível de modo a responder a alterações de produção provocadas por fenómenos inusitados, respeitando a soberania alimentar do espaço europeu, o ambiente e o rendimento condigno dos agricultores.

Com base no que se conhece é quase impossível prever o futuro próximo



ASSOCIAÇÃO DE
BENEFICIÁRIOS DO
ROXO

António Parreira

Presidente da Associação de Beneficiários do Roxo

1. Numa fase inicial a pandemia provocou uma insegurança generalizada entre os trabalhadores e seus familiares, compensada com a adopção de medidas de prevenção e de minimização do risco potencial de contágio, nomeadamente a aquisição de equipamentos e materiais de protecção individual e o encerramento das instalações ao atendimento público, privilegiando a comunicação através de meios digitais. Neste contexto foi possível mantermos todos os serviços em funcionamento, nomeadamente os trabalhos de máquinas e o regular fornecimento de água aos agricultores e agro-indústria. Para criar uma situação de segurança entre os nossos trabalhadores foi efectuado um forte investimento em materiais de segurança individual e implementadas alterações na metodologia de trabalho por forma a garantir o respeito pelas normas emanadas pela DGS, garantindo o distanciamento social e disponibilizando material de desinfeção para pessoas, viaturas e máquinas, bem como a sensibilização através de sessões de formação orientadas para a



É em tempos adversos que devemos preparar o futuro, por forma a estarmos melhor preparados para um mundo em que a única certeza é a incerteza (...)

António Parreira - ABROXO

redução do potencial de contágio.

2. Para quem está a investir ou a planear um investimento em novas produções, a pandemia Covid-19 veio criar um ambiente de incerteza e de insegurança directamente relacionada com a retração do consumo de bens alimentares ao nível regional, nacional e internacional e o possível aumento dos “stocks” alimentares, nomeadamente do azeite. No contexto de economia global onde nos inserimos, a redução da procura no mercado nacional e europeu poderá provocar o “arrefecimento” de projectos e dos investimentos mais avultados até que as condições de confiança se restabeleçam.

3. Com base no que actualmente se conhece é quase impossível prever o futuro próximo, estamos ainda a viver o turbilhão de limitações e condicionalismos pelo que será necessário esperar, até que no horizonte se consiga vislumbrar um cenário futuro. Porém julgamos que poderemos assistir a uma redução generalizada dos preços das produções agrícolas, principalmente se acontecer uma segunda vaga da doença e o consumo global continuar baixo e simultaneamente não for encontrada uma vacina ou tratamento para a Covid-19. Prevemos assim uma redução significativa no rendimento dos agricultores.

Por outro lado, é em tempos adversos que devemos preparar o futuro, por forma a estarmos melhor preparados para um mundo em que a única certeza é a incerteza, ambiental, climática, social, etc. Pelo que é crucial efectuar ou preparar os investimentos no aumento da capacidade de armazenamento de água, aumentando a resiliência dos sistemas colectivos de distribuição de água.

4. Partindo do princípio que no ano de 2021 é produzida uma vacina, importa que até lá os agricultores sejam compensados pela redução de rendimento que se registar. Por outro lado, é um momento para a realização dos investimentos públicos/comunitários em infra-estruturas de armazenamento de água e modernização das redes de distribuição de água colectivas, por forma a que no médio prazo estejamos melhor preparados para o aumento de eficiência do uso do recurso natural Água e dinamizarmos o seu uso, promovermos o potencial da actividade de regadio nas suas vertentes de protecção ambiental e de benefício social do mundo rural. Assim preconizamos dois grupos de medidas, um ao nível da ajuda imediata à comprovada redução de rendimento das explorações agrícolas e outra ao nível dos investimentos nacionais e europeus que deveriam ser acelerados, nomeadamente no regadio com a modernização das redes de distribuição de água e da introdução de novas tecnologias de gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas.

A queda dos preços no sector do porco alentejano foi brutal



Nuno Faustino

Presidente da ACPA

- Associação de Criadores do Porco Alentejano

1. A covid-19 sobretudo pelo confinamento a que obrigou fez com que o consumo de determinados bens sofressem reduções brutais e com a consequente redução de preços e a nível dos bens agropecuários e no nosso caso concreto da carne de suíno (porco preto alentejano) e no mercado do leitão de assar o impacto foi brutal, basta pensarmos que este consumo estava muito assente na restauração e com o fecho desta a redução do consumo destes produtos foi enorme. A consequência direta foi a queda de preços na ordem dos 40% para a carne de porco preto alentejano e no caso do leitão de assar registaram-se quedas superiores a 70%, além da queda de preços tivemos também a dificuldade acrescida no escoamento destas produções o que colocou uma pressão enorme nas explorações pelo acumular de animais e a consequente desvalorização destas produções também por via do excesso de peso destes animais pelo facto de não serem abatidos com o peso ideal em termos comerciais.

Na ACPA – Associação de Criadores de Porco Alentejano a nível da prestação dos serviços aos associados teve que existir uma adaptação aos tempos atuais, ou seja, tivemos de criar estruturas por forma a permitir atender os associados e o público de acordo com as regras e recomendações da DGS.

2. Enorme dificuldade em escoar as produções pois ainda que a baixo preço pela enorme redução do consumo, as indústrias que trabalham estas matérias primas reduziram bastante as suas compras.

Desvalorização das produções relacionado com os pesos elevados destes animais aquando do abate pois pelas reduções das compras por parte das indústrias fez com que muitos animais não fossem abatidos nos timings ideais ou seja com o peso ideal.

Também a nível do Porco Alentejano de Montanha



“Poderá ser determinante (...) que a PAC apoie convenientemente estes sistemas agro-silvo-pastoris de sequeiro de produções baixas, mas de elevada qualidade e com o máximo respeito pelo meio ambiente”

Nuno Faustino - ACPA



O preço do borrego foi afetado de forma significativa e o mercado da lã foi completamente estagnado, não se conhecendo ainda qual será o seu alcance”

Tiago Perloiro - ANCORME

prevemos que possam existir alguns constrangimentos tanto pela redução de valor destas produções como pela diminuição da procura por parte da Indústria Espanhola (praticamente o único mercado para estas produções) que transforma esta matéria prima. A redução do consumo de presunto ibérico foi grande no mercado Espanhol pois a restauração e bares estiveram encerrados.

Atrasos nos pagamentos das indústrias aos produtores de porco alentejano e porco preto tanto na indústria nacional como na espanhola.

3. A consequência imediata foi alguma redução do consumo e a queda brutal nos preços das produções agropecuárias.

Fazer previsões vale o que vale, mas no médio prazo o setor do porco alentejano de montanha poderá sofrer uma diminuição da procura por parte das indústrias espanholas em virtude da redução das vendas e consumo de presunto no mercado espanhol. Esta suposta diminuição da procura poderá ser maior ou menor consoante a evolução do consumo de produtos de porco ibérico em Espanha e esta situação está diretamente relacionada com a evolução da covid-19 ou seja se o nível de infetados e de mortos continuar a baixar e com isto a vida das pessoas caminhar para a normalidade poderá restaurar o consumo destes produtos para níveis próximos do período anterior ao da pandemia. Se pelo contrário a pandemia se agravar ou não evoluir positivamente esta redução do consumo tende a agravar-se com consequências na redução da procura de matéria prima por parte da indústria e a consequente queda de preços.

A descoberta de uma vacina e/ou a redução de casos e de mortes será essencial na evolução no sentido da normalidade da vida das pessoas, o funcionamento normal da restauração e dos bares, o turismo a voltar para níveis anteriores aos da pandemia julgo que só assim poderemos ter consumos de presunto ibérico e carne para níveis “normais” mas existe também outra questão que pode levar a alterações de consumo que é a redução do rendimento das famílias pela redução da atividade económica e esta situação poderá ser de recuperação mais lenta e com impacto direto no consumo destes produtos.

4. Poderá ser determinante para a continuidade desta tipologia de agricultura e pecuária que a PAC apoie convenientemente estes sistemas agro-silvo-pastoris de sequeiro de produções baixas, mas de elevada qualidade e com o máximo respeito pelo meio ambiente. Esta atividade é essencial para a economia dos meios rurais do interior e para a manutenção destes ecossistemas como o Montado pois são estes agricultores que cuidam da paisagem, que vigiam os campos, etc. São essenciais medidas específicas para os sistemas agro-silvo-pastoris de sequeiro tanto a nível de paga-

mentos diretos como a nível de futuras medidas agro-ambientais e também a nível de apoios ao investimento.

Não faz sentido que não exista uma clara diferenciação dos apoios para esta agricultura da outra agricultura, normalmente de regadio, competitiva e das grandes produções. Não podemos competir a nível das quantidades produzidas com a outra agricultura, mas destacamo-nos claramente pela qualidade das nossas produções e pela preservação do meio ambiente e da paisagem rural.

Quando por exemplo em projetos de investimento temos no mesmo saco duas tipologias de agricultura totalmente diferentes e usamos os mesmos critérios na análise e pontuação resulta que dificilmente temos projetos aprovados pois a nossa rentabilidade nada tem a ver com a da outra agricultura. Terá que existir diferenciação de outra forma não vejo como será possível a continuidade destes sistemas agrícolas se não existirem apoios diferenciados a nível da nova PAC.

A pandemia trouxe a oportunidade de valorizarmos as produções de proximidade



ANCORME
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CRIADORES
DE OVINOS DE RAÇA MERINA

Tiago Perloiro

Secretário Técnico da Associação de Criadores de Ovinos da Raça Merina

1. O facto de termos cancelado todas as visitas de campo durante o período de confinamento atrasou muito o trabalho que fariamos durante este período. Igualmente nas visitas que realizamos diariamente às explorações pecuárias fazemos vários tipos de controles e registos que desta forma não foi possível recolher, registos que ficam definitivamente perdidos.

2. Na produção ovina o principal problema prende-se com a falta de disponibilidade de mão-de-obra. No que diz respeito a este período em particular o preço do

borrego foi afetado de forma significativa e o mercado da lã foi completamente estagnado, não se conhecendo ainda qual será o seu alcance.

3. Penso que temos a oportunidade de em comunidade (Portugal) valorizar as produções de proximidade. Se esta for a opção, o futuro poderá ser mais interessante para o mercado da carne. No que diz respeito ao mercado da Lã o futuro continua a passar por sensibilizar o criador para esta fibra extraordinária, ajudando e promovendo uma produção que permita uma melhoria genética dos animais para esta característica e não apenas uma produção/concentração com base na quantidade e muito deficiente qualidade. Existem na Lã nichos de mercado que devem ser obrigatoriamente explorados e promovidos.

4. Que não se repita no novo Quadro Comunitário o que se passou no PDR2020, que se prendeu com a impossibilidade de os criadores a partir de 2016 candidatarem animais às medidas das Raças Autóctones. A nova PAC deverá de forma não burocrática, promover as raças autóctones, permitindo que os Livros Genealógicos possam crescer, indo ao encontro da procura que o sector está a desenvolver por animais seleccionados. Da mesma forma a nova PAC tem de continuar a promover e apoiar financeiramente os Programas de Conservação e Melhoramento Genético Animal promovidos pelas associações de criadores. A responsabilidade que as associações das diferentes raças assumiram, por delegação de competências do Estado Português, tem de ser acompanhada pela nova PAC.

O impacto da pandemia foi bastante significativo para os produtores da nossa região



João Madeira

Presidente da Cooperativa Agrícola do Guadiana

1. As actividades dos agricultores que constituem a Cooperativa Agrícola do Guadiana radicam essencialmente

na pecuária extensiva, maioritariamente baseada na produção extensiva de ruminantes, conjugada, em grau variável, com actividades de produção vegetal, em que as culturas anuais ocupam uma posição preponderante.

Como é sabido, o mercado dos produtos animais, principalmente no que respeita à carne e aos lacticínios de pequenos ruminantes, sofreu um súbito e profundo abalo, logo no início do processo de confinamento, ou seja, durante o mês de Março, decorrente de uma quebra súbita da procura para este tipo de produtos. Idêntica evolução foi observada na fileira do porco alentejano, também com consequências significativas, quer no preço, quer no adiamento das datas de abate.

Destas evoluções dos mercados decorreram prejuízos significativos para a produção, uma vez que, aos custos acrescidos com a alimentação animal, decorrentes da maior permanência dos animais nas explorações, se juntou uma quebra significativa nos preços de mercado. Importa destacar também que, não obstante se começar a esboçar algum regresso à normalidade, estes prejuízos são maioritariamente irreversíveis e marcarão profunda e negativamente os resultados destas explorações agrícolas, tanto mais que, por terem coincidido com a Páscoa, acabaram por aniquilar precisamente um dos períodos mais promissores para o mercado da carne de pequenos ruminantes e para o qual grande parte dos produtores encaminha a sua produção.

Do ponto de vista dos lacticínios, nomeadamente dos queijos de ovelha e cabra, a contracção súbita do mercado conduziu, em muitos casos, ao encerramento precoce das campanhas, com prejuízos significativos, tanto para produtores de leite como de queijo.

Também a evolução observada no mercado da lã nos merece as maiores reservas e preocupações, uma vez que os efeitos da pandemia sobre a economia global acabaram por potenciar uma crise que já grassava neste sector, no qual a China é o actor mais preponderante, no que toca ao mercado mundial.

Em resumo, o impacto da pandemia foi – e continua a ser – bastante significativo para os sistemas de agricultura mais representativos da nossa área geográfica, influenciando, de forma acentuadamente negativa, a economia das explorações agrícolas desta região.

2. As dificuldades continuam a ser as referidas no ponto anterior, embora, como referimos, pareça haver sinais de alguma recuperação da normalidade. Os grandes estrangulamentos sentidos durante a fase mais aguda deste processo foram, na sua maioria, resolvidos, embora com sacrifício do preço, o que como se compreende, resultou em prejuízos significativos.

3. Em termos gerais, a fileira da produção pecuária parece tender, por estes dias, a normalizar. Não obstante, preocupam-nos as perspectivas de evolução da situação num quadro de sucessivas ondas pandémicas, essencialmente pelo comportamento paradoxal que foi possível observar nos mercados durante o primeiro surto, em que se verificou,



“A nova PAC deverá reconhecer, de forma clara, a importância das agriculturas das regiões menos favorecidas, não só na ocupação e no equilíbrio social destes territórios, mas também na geração de riqueza (...)”

João Madeira

- Cooperativa Agrícola do Guadiana



O sector agrícola é o sector mais importante e mais resiliente em toda a actividade produtiva”

José Duarte

– Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos

de alguma forma, uma “corrida” aos produtos de origem animal e, simultaneamente, uma indisponibilidade rígida, da parte da procura, para os pagar a preços equilibrados.

Por outro lado, deverá ser dada especial atenção à preservação do funcionamento das cadeias logísticas a montante e a jusante das explorações agrícolas, principalmente no que se refere ao aprovisionamento de factores de produção e à disponibilidade de serviços, nomeadamente de abate e distribuição.

Com esta pandemia, a nossa sociedade – de agricultores a consumidores – reaprendeu o valor da alimentação e consciencializou-se da necessidade de termos um sector agrícola equilibrado e produtivo, que consiga gerar riqueza e prover a nossa alimentação. Outra das lições parece-nos ter sido a de que esta realidade que se deseja é indiferente à escala, o que significa que, no que toca à alimentação, não há territórios dispensáveis, tendo a escala regional tanta importância quanto a escala nacional ou comunitária.

Diz-nos também a história que a memória das sociedades tende a ser curta, principalmente quando se começa a afastar o espectro da crise. Assim, parece-nos fundamental que o Estado capitalize e consolide estas aprendizagens recentes e reformule – ou até crie de novo – instrumentos que contrariem e corrijam as distorções que, sabemos bem, enformam grande parte do edifício regulamentar da actual política agrícola e que nos façam caminhar no sentido de um ordenamento agrícola do território que vá ao encontro dos anseios da sociedade, nomeadamente no que se refere à consolidação de um sector agrícola fiável e produtivo, que proporcione, a essa mesma sociedade, o devido retorno do financiamento público que lhe seja atribuído.

4. A “nova PAC” deverá, antes de mais, ser efectivamente “nova”. A aplicação desta nova PAC em Portugal deverá, primeiramente, contribuir para manter uma agricultura produtiva em todo o espaço nacional e, assim, ir ao encontro das expectativas da sociedade no que se refere à segurança alimentar, na sua dupla vertente de segurança dos alimentos e dos abastecimentos.

A nova PAC deverá reconhecer, de forma clara, a importância das agriculturas das regiões menos favorecidas, não só na ocupação e no equilíbrio social desses territórios, mas também na geração de riqueza, que deverá ser canalizada e posta ao serviço destas regiões e das suas gentes. A intervenção nesta dimensão da questão deverá ter como ponto de partida o potencial que a inovação e a incorporação de ciência podem aportar a estas agriculturas e abandonar definitivamente a ideia de que as agriculturas que se fazem em territórios ditos marginais sejam, elas próprias, marginais.

Este reconhecimento deverá, inevitavelmente, materializar-se por um reequilíbrio – ou convergência – regional e sectorial dos apoios públicos concedidos à agricultura, por forma a pôr cobro ao quadro distorcido e de desigualdade em que as explorações agrícolas desta região têm vivido e que tem gerado, ele próprio, um conjunto de dinâmicas bloqueadoras do desenvolvimento agrícola desta região. Esta convergência não será mais que o abandono do modelo

histórico que, desde sempre, tem marcado a aplicação da PAC em Portugal e que leva a que, por exemplo, seja concedido um apoio público bastante mais significativo aos sistemas de agricultura mais competitivos, normalmente associados a zonas mais férteis e de clima mais ameno, em detrimento das zonas marginais, mais sensíveis quer do ponto de vista sócio-económico, quer do ponto de vista ambiental e que estão na primeira linha do combate e da adaptação às alterações climáticas, o que não poderá deixar de ser paradoxal, aos olhos do cidadão comum.

Refira-se ainda que é a prevalência deste mesmo modelo histórico e do quadro de desigualdade que em si encerra, que possibilita e tem alimentado uma pseudo-actividade agrícola, no âmbito da qual uma parte aparentemente significativa do solo está afecto a um negócio especulativo, em que putativos “agricultores” absorvem uma parte significativa dos apoios, sem que nada ou quase nada produzam, de facto. Também isto se começaria a resolver com o abandono do modelo histórico.

Por último, a nova PAC deverá reconhecer também o papel da agricultura praticada nestas regiões na preservação dos recursos naturais e de um conjunto de valores de conservação, de ecossistemas e de paisagens que constituem não só um património de toda a sociedade, como são, eles próprios, uma parte significativa da matriz identitária das comunidades que neles habitam.

A agricultura durante a pandemia deu uma resposta muito importante para que não faltassem alimentos”



José Duarte

Presidente da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos

1. Considerando que a estratégia de negócio da Cooperativa de Moura e Barrancos permitiu que a sua actividade não fosse excessivamente afectada pelo actual contexto, o mesmo acabou por se fazer sentir indi-

rectamente, seja ao nível dos constrangimentos legais a que as diversas actividades estão sujeitas, seja ao nível das limitações que estes constrangimentos impuseram aos colaboradores da Cooperativa, que viu parte da sua equipa obrigada a permanecer em casa.

Por outro lado, a aplicação do Plano de Contingência da Cooperativa condicionou, durante dois meses, a actividade laboral, o que nos obrigou a um esforço adicional ao nível da gestão de recursos humanos e do consequente planeamento laboral.

2. Neste momento as dificuldades sentidas pelos sócios da Cooperativa são as mesmas que sente a generalidade da população. No entanto, antecipam-se, para a campanha da azeitona, problemas que poderão ser graves, sobretudo ao nível da mão-de-obra, dado os problemas de circulação de pessoas a nível global.

3. As consequências da Covid 19 no curto e médio prazo são imprevisíveis, depende de muitas variáveis como a duração, descoberta de vacinas, dimensão da crise económica, entre outros. No entanto, não nos podemos esquecer que a agricultura durante a pandemia deu uma resposta muito importante para que não faltassem alimentos aos Portugueses. Cabe a nós agricultores, associações e confederações exigirmos que a agricultura seja encarada como um sector estratégico nacional, capaz de assegurar a nossa soberania alimentar. No que se refere à nossa actividade em particular, com o preço do azeite em valores historicamente baixos, começamos a sentir algumas dificuldades por parte dos nossos associados com olivais tradicionais, principalmente a nível da rentabilidade. Convém destacar que na zona de influência da Cooperativa cerca de 70% dos olivais ainda são tradicionais e que uma grande parte não pode ser reconvertida por estarem inseridos na Rede Natura 2000, apesar de estarem em solos extraordinários para a prática agrícola. Por uma questão de justiça, compete ao governo arranjar compensações financeiras através de medidas agro ambientais justas e sérias para que se consiga manter a exploração desses olivais.

4. A nova PAC, no nosso entender, deverá manter a fidelidade aos pressupostos da sua criação. Neste sentido, e reforçando a importância da alimentação na nossa sociedade, e a consequente importância estratégica da agricultura, a PAC deverá reforçar os seus objectivos de disponibilizar alimentos acessíveis, seguros do ponto de vista do consumidor, sustentáveis do ponto de vista ambiental, mas sem esquecer nunca que devem também ser sustentáveis do ponto de vista económico ao nível da sua produção.

Não perdendo de vista este foco, a PAC deverá permitir que o próprio sector tenha voz e papel activos na procura e implementação de soluções para os problemas que este e outros desafios colocam, tendo presente que o sector agrícola é o sector mais importante e resiliente em toda a actividade produtiva.

Os problemas de comercialização e a seca severa trazem-nos grandes dificuldades económicas e de sobrevivência



José da Luz

presidente da Associação de Agricultores do Campo Branco

1. Como organização responsável e com muitas centenas de associados dispersos por uma vasta área, tivemos que tomar de imediato medidas de prevenção, mesmo muito antes das decisões oficiais, cuidados que, ainda embora de forma mais aligeirada, vamos mantendo. Reduzimos o horário de atendimento personalizado em benefício dos contactos via telefone ou electrónicos, condicionamos a entrada de pessoas nas zonas de atendimento que se encontravam apetrechadas de produtos de desinfecção e foram colocados separadores entre os utentes e o pessoal administrativo. O uso de máscaras, luvas e desinfecções dos locais mais vulneráveis são ainda uma constante. Uma parte dos funcionários e técnicos foram para casa, onde ficaram de prevenção. Cancelamos todas as actividades previstas, como visitas, reuniões, trabalhos de campo e reduzimos ao necessário e urgente o serviço das brigadas veterinárias.

2. As maiores dificuldades sentidas na nossa zona, estão centradas no escoamento da produção animal, nomeadamente de animais da espécie ovina, bovina e suína. A procura é muito reduzida e registamos ainda uma quebra dos preços no mercado. Isto aliado a uma seca severa que nos tem atingido e ainda está presente, no Campo Branco grande parte das linhas de água não correram, nomeadamente as da Bacia do rio Sado. A Primavera foi muito curta, como já é habitual, as chuvas beneficiaram muito as culturas mais serôdias em prejuízo das efectuadas mais cedo que é o normal na nossa zona. Por esse motivo registamos uma quebra na produção de feno e feno silagem e nas pastagens naturais não abundam as boas ervas. Os problemas na comercialização e a seca acumulada nos últimos anos, coloca a nossa actividade em grandes dificuldades económicas e de sobrevivência.



Os problemas na comercialização e a seca acumulada nos últimos anos, coloca a nossa actividade em grandes dificuldades económicas e de sobrevivência”

José da Luz

- Associação de Agricultores do Campo Branco

3. Com um futuro muito condicionado pelo que vem de trás, é necessário e urgente que para as zonas tradicionais de sequeiro e de pecuária em extensivo, sejam criadas medidas a nível governamental que permitam a viabilidade económica destas zonas, a modernização das explorações e criados atractivos para os mais jovens puderam continuar.

4. A Nova PAC, tendo em conta as dificuldades já enumeradas e muito agravadas pela Covid-19, deverá excepcionalmente abrir os cordões à bolsa, como parece que vai fazer para outras actividades, e em consonância com os Governos Nacionais, conceder às regiões agrícolas periféricas e mais pobres apoios, facilidades e oportunidade para a modernização, viabilidade e dignidade de todos os que trabalham no sector e que garantiram em Portugal e no Mundo a alimentação em tempo de pandemia.



A nova PAC deverá garantir aos consumidores produtos alimentares seguros e com cada vez melhor relação com o meio ambiente e com maior sustentabilidade social”

Luís Mira Coroa - UCASUL

A forma como os políticos lidam com a situação poderá trazer consequências desastrosas para a agricultura



Luís Mira Coroa
Presidente da UCASUL
- União de Cooperativas Agrícolas do Sul

1. Até hoje não há impactos significativos na actividade da UCASUL. Para além, dos efeitos de pormenor, como uso de máscaras e similares.

2. A doença COVID 19 em si não vejo que traga problemas à agricultura, agora a maneira como os políticos lidam com a situação poderá acarretar consequências desastrosas. Desde o aumento da dificuldade em arranjar gente para trabalhar no campo em actividades de grupo, por exemplo, colheitas, podas, etc., até à extrema gravidade de uma crise económica e social que leve à muito elevada ausência de capacidade para adquirir produtos por parte da população com as economias do país e da Europa desfeitas.

3. A nova PAC deverá garantir aos consumidores produtos alimentares seguros e com cada vez melhor relação com o meio ambiente e com maior sustentabilidade social, ou seja, menos interferência na cadeia produtiva de químicos de síntese e, ao mesmo tempo, melhores remunerações para quem trabalha no sector. Sabendo nós que o consumidor exige um produto barato, existe o perigo de que os alimentos oriundos das regiões do globo onde estas práticas não são tidas em conta, ganhem todo o mercado europeu em concorrência directa.

Sendo assim, resta à Nova PAC aplicar fundos financeiros para evitar desta situação, ou controlando exaustivamente os modos de produção fora do seu território que garantam produtos seguros e obtidos em condições humanamente decentes, ou apoiando directamente a agricultura europeia de modo a garantir segurança alimentar e um aprovisionamento alimentar europeu com vista a ter alimentos se surgirem situações de catástrofe, ou similares, como esta actual.

Um dos grandes problemas desta pandemia foi a quebra das cadeias de mercado



Ilídio Martins
Diretor Adjunto da ARBCAS - Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado

1. A ARBCAS manteve a sua actividade em pleno, quer ao nível da conservação e manutenção dos aproveitamentos hidroagrícolas, quer ao nível da distribuição de água. Foi necessário implementar um plano de contingência para fazer face a esta pandemia que passou por medidas de segurança no trabalho e higienização. A nível administrativo optou-se ou privilegiou-se o contacto por via telefónica, email e outros sistemas de comunicação à distância. A nível de trabalho de campo reduziram-se ou eliminaram-se as deslocações conjuntas e evitaram-se as partilhas de ferramentas e equipamentos. Todo o pessoal da ARBCAS deve usar EPI e aplicar regras de higiene individual. Naturalmente que esta alteração de metodologia de trabalho representa custos acrescidos e alguma perda de rendimento.

2. Os nossos Associados, tal como nós, tiveram de se adaptar à contingência imposta pela pandemia. As empresas agrícolas com maior número de funcionários são as mais afetadas, sobretudo porque se vêm obrigadas a alterar substancialmente a organização do trabalho. Embora os nossos Associados já estejam habituados a muita incerteza imposta pelas condições meteorológicas e pela volatilidade dos mercados, sente-se que esta pandemia poderá ser mais um fator negativo que os poderá afetar a curto e médio prazo, sobretudo devido à quebra das cadeias de mercado.

3. O maior problema deverá ser a redução do consumo nacional e internacional de alguns produtos agrícolas, que estará ligada à redução da atividade turística e à redução dos rendimentos de uma parte da população nacional e mundial.

4. A Nova PAC, deverá ter apoios direcionados para a manutenção da atividade agrícola e remunerando os serviços prestados pelo agricultor ao meio rural e ao ambiente. A Nova PAC deverá garantir a remuneração desta atividade, de uma forma digna e transparente e com menos burocracia. Nenhum agricultor quer subsídios, mas sim trabalhar para obter o rendimento necessário para remunerar a sua atividade. Quer produzir em concorrência, mas com regras iguais, não podendo deixar de ser compensado quando se abrem mercados para importação de países onde as condições de produção são ambientalmente inaceitáveis e as condições de trabalho são deveras desleais.

A pandemia vai deixar marcas, mas acredito numa recuperação do sector



Cooperativa Agrícola
de Beja e Brinches, CRL

Fernando do Rosário

Presidente da Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches

1. As principais consequências da Covid-19 na nossa atividade laboral, visto que esta nunca parou, foram a morosidade do atendimento, devido às características e aos pro-

cedimentos estabelecidos, dificultando-o e, consequentemente, onerando-o.

Considerando que a Covid-19 é um problema que ainda não está ultrapassado, importa continuarmos atentos mantendo, de forma rigorosa, todos os procedimentos recomendados pela Direção Geral de Saúde. É importante termos presente que a situação pode ainda estar longe de “normalizar”. E que pode ser necessário fazer novas readaptações ou reformulações, dependendo da evolução epidemiológica que o vírus possa ainda provocar.

2. Creio que as duas principais preocupações são que a atividade não pare e que consigamos manter mercado para as nossas produções. Preocupa-nos a quebra no consumo de alguns produtos mais perecíveis, que se estragam com maior facilidade. Aconteceu no início da pandemia e tememos que possa voltar a acontecer por razões económicas e financeiras como consequência da pandemia. É importante que as autoridades que tutelam o setor se mantenham atentas e com capacidade de intervenção em relação a esta questão, e é imprescindível nós mantermos, como até aqui, todos os cuidados de higiene e profilaxia de modo a evitar contaminações nas explorações para que os consumidores continuem a sentir confiança nos nossos produtos.

3. Creio que os efeitos da pandemia vão deixar marcas e alterações comportamentais para o futuro, mas, contudo, acredito numa recuperação do sector, visto que já ultrapassou outros momentos difíceis, com provas de grande resiliência. A saúde deste setor - que provou ser um pilar vital da sociedade que soube manter-se firme na linha da frente - será tão mais sustentada quanto maior a sensibilidade e mecanismos de apoio nacionais e comunitários. Quando refletimos sobre o futuro da agricultura temos a expectativa de que este setor de atividade possa ser mais valorizado por todos.

4. Para além da manutenção dos rendimentos agrícolas, deverá ser dada especial atenção ao aumento de estruturas de comercialização não presenciais com intervenção e responsabilidade pública e privada. Deverão ser agilizados mecanismos públicos de regulação e também de aumento de estruturas de armazenagem, pois à medida que formos ultrapassando a pandemia o consumo voltará, presumivelmente, a crescer e a normalizar. Esta experiência mostrou que é igualmente necessário assegurar reservas alimentares nacionais, como forma de salvaguardar eventuais situações, semelhantes ou agravadas, onde os transportes e fronteiras poderão voltar a não estar tão acessíveis como já o foram. Em qualquer fase deste processo, devem acrescentar-se ações de sensibilização, criação e divulgação de base de dados de produtores e de produtos de qualidade, promovendo o seu consumo, com informação sobre a origem dos produtos e o trabalho das nossas organizações, cooperativas, associações e confederações. Acreditamos que a agricultura voltará mais uma vez a demonstrar o seu potencial, e a sua capacidade de adaptação.



Quando refletimos sobre o futuro da agricultura temos a expectativa de que este setor de atividade possa ser mais valorizado por todos”

*Fernando do Rosário
- Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches*

António Nunes Ribeiro

“Indispensável a presença do associativismo agrícola”

Integra os Corpos Sociais da ACOS desde 1992. Licenciado em Agronomia e Mestre em Zootecnia, é Director da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Beja (ESAB) e responsável pela gestão da Exploração Agrícola deste Instituto. Coordena o laboratório de Nutrição e Alimentação Animal e integra, entre outras funções e actividades, o Conselho Coordenador da Atividade Académica e o Conselho para a Avaliação e Qualidade do IPBeja.

O António Nunes Ribeiro integra os órgãos sociais da ACOS desde 1992. Primeiro como Secretário da Mesa da Assembleia Geral, depois como vogal da Direcção e, desde 1998 como vice-presidente. Como classifica o potencial e o papel da ACOS enquanto estrutura representativa dos agricultores na sua zona de influência, ou seja, em todo o Sul do Tejo?

A ACOS pela sua dimensão, abrangência e dinâmica, cumpre com todas as funções de uma grande organização de produtores: Está presente nas reuniões de debate técnico com opiniões fundamentadas, desta forma credibilizando as posições defendidas, bem como a própria associação. Mantém um diálogo e uma constante proximidade com os decisores políticos da administração central e local, com vista a esclarecer questões e a poder deste modo influenciar as decisões que afectam a vida económica dos agricultores. Está muito activa no apoio sanitário e técnico às explorações agrícolas, factores hoje importantes para a eficiência da produção; empenha-se igualmente no apoio à comercialização da produção pecuária dos associados, contribuindo para a formação dos preços de mercado com a sua intervenção e para o escoamento da produção com mais valias para os seus associados.

A Covid-19 veio mostrar que há sectores vitais que não podem parar, sendo que a agricultura é um deles. De que modo esta constatação poderá contribuir para a valorização ou revalorização do papel dos agricultores na sociedade?

A pandemia actual veio mais uma vez demonstrar que a agropecuária é um dos sectores vitais da nossa economia, que não pode parar. Embora não tão expressivamente como outros sectores da sociedade (profissionais de saúde, por exemplo), creio que a missão de disponibilizar alimentos para a população foi reconhecida e valorizada por todos. No entanto também creio que esta valorização já se iniciou há algum tempo – a profissão de agricultor é hoje encarada como uma actividade moderna e tecnicamente avançada.

Tendo em conta a sua experiência enquanto docente e investigador, como podemos pensar o futuro da agricultura no Alentejo?

Existem hoje duas realidades na actividade agropecuária do Alentejo. Para uma delas, a disponibilidade de água é um factor limitante da produção – área de sequeiro, enquanto que para outra esta limitação tem vindo a ser ultrapassada – área de regadio; a primeira tem uma área territorial muito maior do que a segunda. No caso da área regada, o problema da limitação da eficiência produtiva e da produtividade, não se tem posto com grande acuidade; no entanto, podem surgir complicações se os desafios decorrentes das alterações climáticas, da preservação ambiental e da biodiversidade não forem encarados de forma eficaz e responsável. Já no caso do sequeiro alentejano, a adicionar às limitações já conhecidas, surgem novas preocupações, decorrentes dos impactos das alterações climáticas. A rentabilização económica das explorações agropecuárias do sequeiro depende, na maior parte dos casos, mais do contributo das ajudas comunitárias do que da sua produção quantitativa. Embora as soluções para aumentar a rentabilidade económica das explorações sejam em grande parte comuns ao sequeiro e ao regadio, elas colocam-se com maior pertinência no caso da sobrevivência das explorações de sequeiro. Estas soluções / objectivos, que já identificámos em outras

ocasiões, passaria por: 1) diminuição dos custos de produção; 2) aumento da eficácia produtiva; 3) valorização económica dos produtos da exploração. A experimentação sobre a utilização racional dos factores de produção (fertilizantes, fitofármacos, espécies-variedades-sementes), sobre as técnicas culturais economicamente mais eficientes (calendarizações e metodologia de intervenção nas culturas), contribui para dar resposta aos primeiros dois objectivos. Quanto ao terceiro objectivo, este pode ser prosseguido de duas formas, que se complementam para aumentar o rendimento da exploração. Por um lado, deverá haver uma aposta na qualidade dos produtos, incluindo a procura de nichos de mercado, mas que também pode alicerçar-se em metodologias produtivas específicas. Por outro lado, dever-se-á procurar organizar uma fileira de comercialização que traga evidentes mais-valias para o produtor (dispensa de intermediação). Nestes dois aspectos é indispensável a presença do associativismo agrícola, quer no que respeita à qualidade dos produtos da exploração (Identificação Geográfica, Denominação de Origem, cadernos de encargos para a indústria...), quer na comercialização através das organizações agrícolas e pecuárias, incluindo as de segundo e terceiro grau.

Pensar a agricultura implica pensar o papel de instituições como o Instituto Politécnico de Beja, e em concreto, a Escola Superior Agrária. Que análise faz da sua ligação com os agricultores, as instituições suas representativas e a comunidade onde se integra?

A reflexão sobre as prioridades na investigação e na inovação, em cada um dos sectores ligados à agricultura, ao agroalimentar e também ao ambiente, pode e deve ser um dos motores do desenvolvimento e competitividade das empresas. Conhecemos a missão atribuída à Escola Superior Agrária de Beja (ESAB): 1) a formação de técnicos tecnologicamente atualizados, que possam constituir uma mais valia para as empresas; 2) a investigação e a experimentação, que permite a transmissão para o tecido produtivo da inovação, entretanto testada e validada em termos científicos e económicos; 3) a prestação de serviços às empresas, organizações e instituições, em sectores e matérias onde seja necessário conhecimento ou meios especializados, ou onde os investimentos necessários penalizem desnecessariamente a sua competitividade ou desempenho económico. Para que a actuação da ESAB nestas áreas seja eficaz, é necessário receber informação sobre as necessidades que o tecido produtivo identifica como prioritárias. Esta interface entre a produção e a investigação / formação nem sempre tem funcionado eficazmente, e sobretudo não tem funcionado de forma organizada e sistemática. Estamos em crer que a criação de uma interface formal entre a ESAB e as



organizações da produção contribuiria para melhorar significativamente o fluir da informação – nos dois sentidos; independentemente da disponibilidade biunívoca para o diálogo entre a ACOS e a ESAB, os recém-formados Centros de Competências poderão ter aqui um papel relevante.

Que argumentos usaria para mobilizar os jovens para a actividade agropecuária?

Como noutras profissões, para se ser um bom agricultor é necessário gostar do que se faz. Aconselharia os candidatos a testar se gostam ou não desta profissão; poderiam frequentar cursos de agricultura e pecuária (da formação profissional, do ensino secundário ou do ensino superior). Verificariam que esta actividade, nas suas múltiplas facetas, é quase sempre muito exigente quanto a disponibilidade. Mas também se poderiam aperceber que o criar e gerir a vida de novos seres vivos é uma perspectiva fascinante. Para além disto, trabalhar quase sempre num ambiente rural, de campo, faz parte das ambições de grande parte da população, que passa grande parte da sua vida encerrada num gabinete, numa loja ou numa fábrica.

Há escassas gerações, o trabalho no campo poderia ser extremamente duro fisicamente. Com recurso às tecnologias e métodos desenvolvidos nos últimos anos, grande parte do trabalho agropecuário pode ser efectuado em condições fisicamente confortáveis. Ser agricultor hoje é estar na crista dos desenvolvimentos metodológicos e tecnológicos, que permitem melhorar a eficácia produtiva, respeitando a preservação do ambiente e dos ecossistemas.



Trabalhar quase sempre num ambiente rural, de campo, faz parte das ambições de grande parte da população, que passa grande parte da sua vida encerrada num gabinete, numa loja ou numa fábrica.



caprini cultura



Centro de Competências da Caprinicultura

Proposta de medidas para a reestruturação do setor

O Centro de Competências da Caprinicultura (CCC) construiu, com os contributos dos seus membros, entre os quais se integra a ACOS, um documento com propostas para a reestruturação urgente da Caprinicultura, que entregou recentemente à Ministra da Agricultura.

Na contextualização do sector, é referido que “a marginalização da agricultura e dos ramos de actividade do sector, como a caprinicultura, iniciou-se na segunda metade de século passado tornando-a subsidiária com a adopção de um modelo de desenvolvimento económico liderado pela indústria. Esta subalternização económica, a incoerência das medidas de política agrícola que se seguiram, acompanhadas da livre e insaciável intervenção do mercado, conduziram o sector à exaustão que há tantos anos é reconhecida e agora novamente demonstrada pela crise sanitária”.

De acordo com o documento, “este contexto de fragilidade extensível a quase toda a economia, se excluirmos os negócios de oportunidade criados pelas falhas da oferta pública, destacou a necessidade de um novo protagonismo decidido e decisivo do Estado na reforma da economia e na reestruturação do sector agrícola e da caprinicultura, garantindo as condições de produção de bens essenciais para uma cadeia alimentar que contribua para a saúde dos portugueses”.

Num contexto de reflexão relacionado com a Covid-19, o Centro de Competências da Caprinicultura procura enquadrar medidas de emergência económica com alcance estratégico para a sobrevivência do sector da caprinicultura, assumindo o desafio de transformar a crise numa oportunidade.

Ao referir que “é consensual o reconhecimento da marginalização da agricultura e a incoerente apli-

cação de medidas de política agrícola e alimentar desde meados dos anos 50 do século passado até à atualidade”, o CCC indica que em 2017 o sector agrícola representava cerca de 2 por cento do PIB (produto Interno Bruto, a valores de mercado) e 6 por cento do emprego, sendo que a produção da agricultura, silvicultura e pescas em percentagem da produção da economia corresponde, no mesmo ano, a 2,6 por cento. E sublinha: “assistiu-se a um gigantesco abandono da agricultura e da caprinicultura que hoje são dominadas por actividades de produção de subsistência avaliando a dimensão económica das explorações (em 2016, 88% sendo que 87% eram, respectivamente, muito pequenas e pequenas explorações agrícolas e com orientação técnico-económica em ovinos, caprinos e diversos herbívoros).

Na sua proposta de medidas de políticas públicas o CCC faz referência a cinco grandes objectivos que deverão nortear o sector independentemente do que venha a ser a reforma da PAC. São eles: a organização e apoio à produção, apoio aos investimentos produtivos, gestão eficiente dos recursos naturais, distribuição e comercialização da produção e ainda inovação e conhecimento.

No que diz respeito à organização da produção as propostas vão no sentido de dar estabilidade e credibilidade às políticas públicas de apoio ao sector; apoiar, de acordo com princípios e mecanismos simples mas eficazes, a fixação de novos agricultores portadores de competências de conhecimento e inovação, contribuindo para a reorganização humana do território e a sua atractividade; apoiar financeira e tecnicamente o associativismo agrícola como forma de organização nuclear da produção agrícola e pecuária; criação de núcleos de apoio técnico aos produtores quando a iniciativa de associação de produtores não for suficiente para esse apoio em colaboração com as autarquias locais. A descentralização de serviços técnicos de natureza pública e a colaboração com as entidades do sistema científico e tecnológico, autarquias e organização de produtores pode ser uma parceria virtuosa para esta medida.



Facilitar o acesso às actividades agrícola e pecuária, revendo toda a complexa e labiríntica regulamentação a que está sujeita.

A orientação da produção segundo a nova estrutura do consumo previsível após a crise pandémica, poderá ser determinada por comportamentos do consumidor relacionados com proximidade dos produtores, autenticidade dos produtos, comércio justo, comércio digital, aumento dos bens alimentares na despesa do consumidor, extinção progressiva da segmentação demográfica para entender os consumidores do futuro, substituindo-a pelo consumo futuro em pessoas de todas as idades constroem a sua identidade e influenciam o seu consumo.

Entre as medidas propostas pelo CCC na área da organização da produção é ainda referida a importância de garantir o crescimento da soberania ou autonomia alimentar adaptando a produção a dietas saudáveis; a organização da produção orientada para a saúde através de dietas alimentares mais saudáveis, o desenvolvimento de sistemas de promoção de concentração e escala na produção. É proposto ainda apoiar a instalação de planos de controlo da qualidade do leite e da cadeia de produção de queijo em produtores de pequena dimensão; apoiar a implementação de planos de biossegurança e de planos sanitários de doenças limitadoras da produção e

viabilidade económica da exploração (exemplo: agalaxia contagiosa e lentivírus dos pequenos ruminantes); Codificar os cursos de caprinicultura, aos diversos níveis.

Na área correspondente ao apoio aos investimentos produtivos, as propostas vão no sentido de apoiar diretamente a recomposição do efetivo pecuário, criando escala económica à atividade das explorações agrícolas e pecuárias; promover a reorganização fundiária através de legislação que permita criar perímetros de SAU economicamente viáveis, através de compra ou arrendamento, como condição para o investimento na melhoria e produtividade dos solos; integrar o território nos critérios de apoio ao investimento.

Na gestão eficiente dos recursos naturais, o Centro de Competência propõe garantir a utilização racional de recursos naturais, como por exemplo a água. A criação de caprinos pode ser um contributo importante para este objectivo e contribuir para atenuar as alterações climáticas; apoiar a caprinicultura dado que os caprinos podem prestar relevantes serviços ambientais; apoiar a organização da floresta; apoiar a conservação e utilização dos recursos genéticos locais.

Quando se fala em distribuição e comercialização da produção, as propostas são feitas no sentido



A criação de caprinos pode ser um contributo importante para contribuir para atenuar as alterações climáticas; apoiar a caprinicultura dado que os caprinos podem prestar relevantes serviços ambientais; apoiar a organização da floresta; apoiar a conservação e utilização dos recursos genéticos locais.

de garantir o rendimento dos produtores através de uma política que proteja os preços, alargado o regime contratual existente a todos os produtos agrícolas, (nomeadamente através de mecanismos de regulação que garantam uma rendibilidade mínima à produção, depois da remuneração do trabalho); garantir o escoamento de produtos numa relação de proximidade com o consumidor e de preço justo dos produtos através do estímulo aos produtores ou as suas organizações, nomeadamente comerciais, na criação de uma rede de lojas alimentares em todo o território, com o apoio de tecnologias digitais de B&D (Buy&Deliver). Esta rede pode ser substituída pelas cadeias de comércio alimentar grossista e de retalho instaladas se os operadores aderirem a esta política; Criar soluções ou infraestruturas de escoamento e eventualmente de transformação industrial de produções agrícolas e pecuárias, particularmente as mais perecíveis, em situações inesperadas de quebra de preço ou de procura; revisão dos regulamentos dos agrupamentos de produtores; reforçar as medidas de apoio ao melhoramento das raças autóctones dando-lhes estabilidade e continuidade através de maior duração dessas medidas, nomeadamente através do seu ajustamento aos ciclos longos em que esse objetivo se consagra. Para estas medidas existem já várias medidas concretas que têm vindo a ser apresentadas pelas associações de raça.

No que diz respeito à inovação e conhecimento, entre as medidas inscritas como forma de valorizar o sector e promover o seu desenvolvimento contam-se: patrocinar parcerias entre entidades científicas e tecnológicas e organizações de produtores ou mesmo produtores individuais para garantir a capitalização tecnológica e de conhecimento de que carecem; criar soluções de venture capital científico e tecnológico para a aquisição de novas competências nas empresas; rever o sistema de inovação permitindo o acesso do sector agrícola à incubação tecnicamente apoiada de ideias e projetos, bem como o acesso ao

financiamento; apoiar o benchmarking, nacional e internacional, de boas práticas inovadoras nas explorações, comércio, organização para I&D e apoio técnico; utilizar as TIC para criação de canais de comunicação entre os agentes do sector e entre estes e o consumidor, apoiando o desenvolvimento de ações de marketing e comunicação; promover knowledge transfer junto dos produtores, aproximar a produção da ciência potenciando assim a obtenção de resultados de elevada aplicabilidade prática.

O documento do Centro de Competências da Caprinicultura, apresenta ainda uma reflexão sobre o mercado e o bem-estar social “as crises não são meras oportunidades de inovação de negócio e de crescimento de lucros no mercado, mas antes de revelação dramática de fragilidades bem mais complexas. Económicas, sim, mas sobretudo políticas, sociais, humanas e, no caso desta pandemia, também sanitária. O mercado, com os valores que o inspiram (mão invisível, eficiência, perfeição da concorrência e lucro), é o marco fundador de uma economia que, desde Adam Smith com a Riqueza das Nações e o *laissez faire* incontido, desprezou reiteradamente um dos objetivos a que se propunha: o bem-estar económico de todos os agentes e da sociedade. Os cidadãos foram sendo marginalizados no processo de distribuição de riqueza, aprofundando-se, tragicamente, a rutura e a dualidade social. Em vez de termos criado sociedades com mercado, criamos sociedades de mercado. Mas este movimento de exclusão é bem mais amplo e espalhou-se pelo tecido empresarial e por grande parte dos sectores de atividade tornando-os profundamente assimétricos, coexistindo um vasto universo de empresas e empresários de reduzida escala económica e de gestão, bastante vulneráveis aos comportamentos da procura, da concorrência, da inovação e com débil integração tecnológica, mas com estruturas flexíveis e fortemente integradoras de conhecimento, com um outro universo muito reduzido de empresas robustas, com produções massificadas, lucrativas e de forte vocação internacional. As sociedades e as pessoas estão vulneráveis. Não é possível deixar de pensar a transformação da economia e da sociedade. Acreditamos que com a crise do novo coronavírus não está em causa a oportunidade mas a necessidade emergente de reforma da economia orientada por critérios equilíbrio na utilização de recursos, justiça na distribuição de riqueza, regulação das atividades, proteção da vida e dos mais vulneráveis através de uma organização económica social com um estado democrático, não minimalista mas comprometido com respostas sólidas e inclusivas e com a cooperação mútua na sociedade. Abandonando ou regulando os caprichos do mercado”.



O documento do Centro de Competências da Caprinicultura, apresenta ainda uma reflexão sobre o mercado e o bem-estar social “as crises não são meras oportunidades de inovação de negócio e de crescimento de lucros no mercado, mas antes de revelação dramática de fragilidades bem mais complexas. Económicas, sim, mas sobretudo políticas, sociais, humanas e, no caso desta pandemia, também sanitária.

CURSOS EFA

EDUCAÇÃO
E FORMAÇÃO
DE ADULTOS



ACOS AGRICULTORES
DO SUL

TÉCNICO/A VITIVINÍCOLA

2045H

TÉCNICO/A DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

2045H

INSCRIÇÕES

TELF:
284310350 / 938059551

EMAIL
formacao@acos.pt

SITE
www.acos.pt

ENDEREÇO
Rua Cidade de S. Paulo
(Apart. 296) 7801-904 Beja

Conferem:

- 12ºano
- Carta de tratorista
- Cartão de APF

Apoios à formação:

- Bolsa de formação
- Subsídio de alimentação
- Deslocações e acolhimento
(se aplicável)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

investigação





SerpaFlora

Valorização da flora autóctone do queijo Serpa

Maria Teresa Santos

t.santos@ipbeja.pt

Paulo Serol

Helena Araújo-Rodrigues

António Pedro Martins

Maria Manuela Pintado

Nuno Bartolomeu

Alvarenga

nuno.alvarenga@iniav.pt



Os queijos tradicionais portugueses constituem um património único no que respeita ao processo de produção e especificidade sensorial. A técnica de produção artesanal baseada no uso de leite cru, sem adição de inóculos, evidencia a importância da flora microbiana autóctone como responsável pelas características sensoriais do queijo, sendo um dos fatores mais importantes na sua especificidade e qualidade (Montel et al., 2014; Padilla, Belloch, López-Díez, Flores, & Manzanares, 2014; Pereira, Graca, Ogando, Gomes, & Malcata, 2010; Quigley et al., 2013). Desta forma a qualidade do produto final depende muito da qualidade microbiológica do leite cru utilizado. A utilização de leites de menor aptidão determina uma grande heterogeneidade na qualidade e segurança do produto final (Montel et al., 2014; Yoon, Lee, & Choi, 2016), dificilmente controlável pelo queijeiro. Para produzir produtos de excelência, como exige uma Denominação de Origem Protegida (DOP) (EC, 2012), é assim necessário usar leites de elevada qualidade. Consequentemente, torna-se crucial abordar os aspetos tecnológicos, no sentido de identificar mecanismos de autodefesa, mas também identificar lacunas e limitações a nível microbiológico e físico-químico, e propor alternativas para ultrapassar aquelas limitações (Araújo-Rodrigues, Tavaría, Santos, et al., 2020).

Este tipo de queijo é originalmente produzido com leite cru, e os queijos com DOP e IGP (Indicação Geográfica Protegida), que são os de maior notoriedade entre os queijos tradicionais, mantêm essa particularidade, que permanece obrigatória pela regulamentação em vigor. A maioria utiliza leite de ovelha, como é o caso do queijo Serpa. Outros utilizam misturas de leite de ovelha e cabra, apenas leite de cabra ou ainda leite de vaca, especificamente utilizado nos queijos açorianos (Freitas & Malcata, 2000). A localização geográfica dos queijos com DOP e IGP portugueses, bem como o tipo de leite usado na sua produção, encontra-se ilustrado na Figura 1.

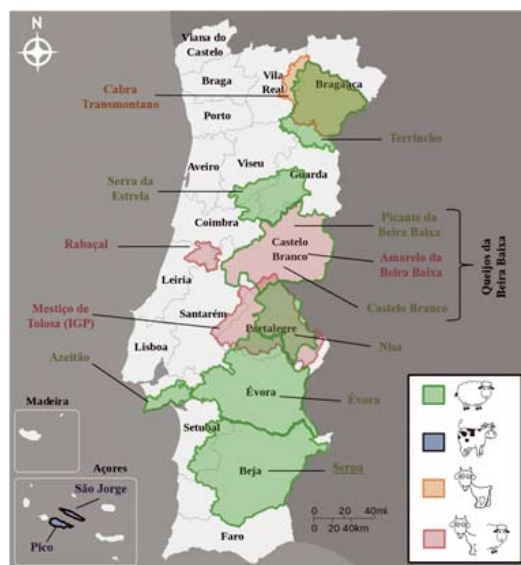


Figura 1. Distribuição geográfica dos queijos tradicionais portugueses com Denominação de Origem Portuguesa (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP). As diferentes cores correspondem ao tipo de leite usado no processo de fabrico (Araújo-Rodrigues, Tavaría, Santos, et al., 2020).

O queijo Serpa é um queijo curado produzido no Alentejo na área geográfica de produção constante no Decreto Regulamentar nº 39/87 (DR, 1987), com Denominação de Origem Protegida (DOP), nos moldes do Regulamento (CEE) nº 2081/92 (ECC, 1992). É um queijo elaborado com leite cru de ovelha, sem adição de inóculo, o que evidencia a importância dos microrganismos autóctones no desenvolvimento das suas características, sendo um dos pilares mais importantes da sua especificidade sensorial e qualidade. Assim, apenas leites de elevada qualidade microbiológica conduzem à produção de queijo Serpa de excelência, tal como exigido pela condição de DOP. Efetivamente, variáveis relacionados com o animal (intrínsecas) ou com fatores externos podem, facilmente, comprometer a qualidade do leite cru utilizado e dar origem a um produto final que não obedeça aos padrões mínimos de queijo Serpa com DOP. Adicionalmente o consumo de produtos elaborados com leite cru levanta algumas suspeitas no

que respeita à segurança alimentar, tornando difícil a sua aceitação por alguns mercados mais exigentes neste aspecto (Albuquerque, Oliveira, & Costa, 2018; Pereira et al., 2010). Nestas condições, matérias primas de qualidade comprometida dificilmente podem ser aproveitadas pelos produtores para a produção de referências com DOP.

No sentido de rentabilizar matérias primas de inferior qualidade pode ser equacionada a elaboração de um queijo a partir do mesmo leite, cru ou pasteurizado, mas adicionado de inóculo, diversificando paralelamente a oferta de produtos (Araújo-Rodrigues, Távora, dos Santos, Alvarenga, & Pintado, 2020). Nesta situação, a utilização de inóculos autóctones, desenhados para o efeito será a melhor solução, já que garante uma qualidade e segurança consistentes, mantendo paralelamente alguma especificidade sensorial (Alegria et al., 2016; Montel et al., 2014; Silvetti et al., 2017). Um inóculo autóctone será constituído por uma ou várias estirpes microbianas, principalmente bactérias lácticas, caracteristicamente presentes e importantes no processo de produção de um determinado queijo. O desenho destes inóculos implica assim um trabalho prévio de identificação e caracterização de toda a flora microbiana interveniente no processo de produção original, bem como a seleção das estirpes, entre as mais representativas da microflora natural do queijo, com base nas suas propriedades de segurança, tecnológicas e protetoras.

A utilização de inóculos autóctones, inovadora entre nós, é já uma prática corrente mesmo entre produtores de queijos com DOP (e outros) noutros países, nomeadamente em França e Itália (Alegria et al., 2016; Carafa et al., 2019). A introdução do inóculo padronizado com estirpes representativas autóctones será garantia do equilíbrio e autenticidade do produto, e permitirá o controlo dos microrganismos indesejáveis (patogénicos e alterantes que comprometem a qualidade), quer por competição, quer pela produção de substâncias antimicrobianas, assegurando um produto final inócuo e semelhante ao tradicional. A introdução destas práticas inovadoras em Portugal deve ser considerada a curto prazo pois contribui para uma maior rentabilização dos recursos aliada a uma oferta mais diversificada.

Com a parceria GO SerpaFlora pretende-se ir de encontro a estes objectivos, sendo que as fases cruciais do projecto permitirão: (1) Caracterizar a microbiota inerente ao queijo Serpa, (2) Correlacionar o perfil microbiano com os atributos positivos e característicos deste tipo de queijo, (3) Elaborar desenho de inóculos-TESTE que serão sujeitos às condições reais de produção mediante a produção de queijos protótipo, com finalidade de avaliar os que melhor se adaptam a estas condições bem como a sua performance na obtenção de produtos de características distintas, (4) Elaborar inóculos-VALOR, ou seja, inóculos simples ou mis-



tos, bem adaptados à tecnologia de produção que ofereçam vantagens sob o ponto de vista tecnológico, de segurança alimentar, nutricional/probiótico ou no realce de determinadas características sensoriais e, por fim, (5) Fixar as tecnologias de preservação destes inóculos.

Esta parceria, teve início no dia 1 de Outubro de 2017 e termina a 31 de Dezembro de 2021 e conta com os parceiros e prestadores de serviços referidos na Figura 2. As principais fases de desenvolvimento do projeto, tarefas e respectivo estado de investigação, apresentam-se na Tabela 1.

Com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto Serpaflora está concluída a caracterização físico-química e microbiológica do leite e do queijo Serpa ao longo do processo de cura (M. T. P. Gonçalves dos Santos et al., 2018; Maria Teresa P. Gonçalves dos Santos, Benito, de Guía Córdoba, Alvarenga, & de Herrera, 2017) e está parcialmente concluída a caracterização das estirpes isoladas no que respeita às suas propriedades tecnológicas, de segurança, protetoras e probióticas (Ruiz-Moyano et al., 2019). Na fase actual de desenvolvimento do projecto trabalha-se já no desenho de inóculos simples ou mistos, com base nos resultados obtidos previamente, e a sua aplicação à escala laboratorial.

Na caracterização microbiológica do queijo os resultados apontam para um predomínio das bactérias lácticas ao longo do processo de cura, com contagens iniciais de cerca de 6,0 -7,0 log ufc/g, que atingem o valor máximo entre os 14 e os 30 dias, baixando depois para valores de cerca de 8,0 log ufc/g no final do período em estudo (45 dias). Em termos quantitativos seguem-se enterobactérias, estafilococos totais e finalmente fungos (leveduras) com concentração máximas de cerca de 7,0, 6,0 e 3,0 log ufc/g, respectivamente. A partir dos 7

Figura 2 - Parceiros por tipologia do GO Serpaflora e instituições prestadoras de serviços.

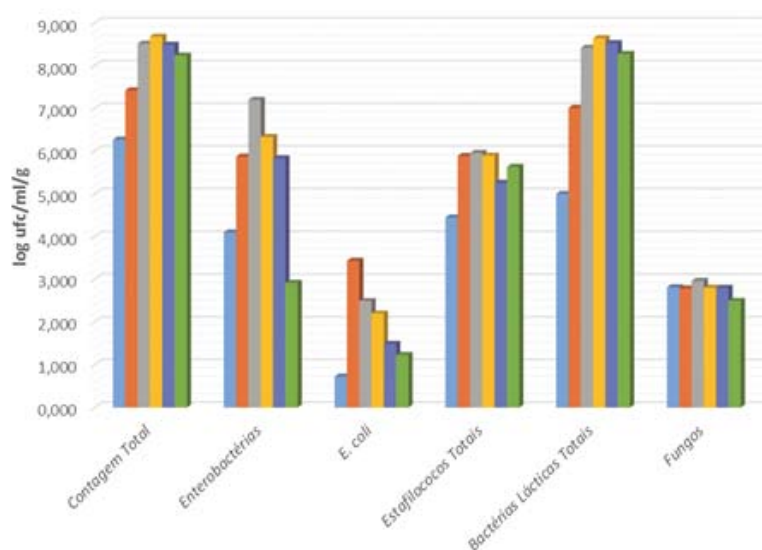


Tabela 1. Principais fases do projecto com as tarefas inerentes a cada uma e respectivo estado de desenvolvimento

Desenvolvimento	Tarefa	Estado da Tarefa
1 – Avaliação sumária da qualidade do leite e queijo, para selecionar produtores para as fases seguintes	1.1 – Fabrico de queijos de acordo com o caderno de especificações de Queijo Serpa 1.2 – Colheita de amostras de queijo curado e de leite em produtores pertencentes ao GO (ou não), bem como amostras existentes no mercado. 1.3 – Caracterização sensorial, físico-química e reológica (leite e queijo). 1.4 – Caracterização microbiológica 1.5 – Tratamento dos resultados e seleção dos produtores para a próxima fase	Concluída
2 – Monitorização das características físico-químicas e microbiológicas ao longo da cura dos queijos produzidos por produtores selecionados.	2.1 – Recolha de amostras de leite 2.2 – Fabrico de queijos de acordo com o caderno de especificações de queijo Serpa 2.3 – Caracterização físico-química das amostras de leite 2.4 – Recolha de amostras de queijo com 6 tempos de cura (0 dias, 3 dias, 7 dias, 15 dias, 30 dias e 60 dias de cura) 2.5 – Caracterização microbiológica das amostras de queijo 2.6 – Caracterização sensorial, físico-química e reológica, das amostras de queijo	Concluída
3 – Isolamento e caracterização de estirpes representativas da microbiota das amostras selecionadas de leite cru, da coalhada e do queijo, com recurso a métodos culturais e moleculares	3.1 – Isolamento de grupos microbianos por métodos culturais clássicos 3.2 – Extração do DNA de grupos microbianos isolados na tarefa anterior 3.3 – Extração do DNA diretamente das amostras de queijo 3.4 – Sequenciação do DNA por métodos moleculares clássicos 3.5 – Sequenciação do DNA por metodologias inovadoras de sequenciação (Next Generation Sequencing (NGS))	Parcialmente concluídas
4 – Seleção das Estirpes-VALOR	4.1 – Os dados obtidos nas fases anteriores serão estudados estatisticamente de forma a correlacionar aspetos qualitativos positivos e negativos dos queijos com microbiota, quer em termos quantitativos quer qualitativos 4.2 – Avaliação da aptidão tecnológica dos microrganismos selecionados na tarefa anterior 4.3 – Avaliação da natureza probiótica dos microrganismos selecionados na tarefa anterior 4.4 – Seleção das estirpes -VALOR, ou seja, estirpes com maior aptidão tecnológica e probiótica	
5 – Desenho e avaliação do desempenho dos inóculos-TESTE	5.1 – As estirpes-VALOR selecionadas serão utilizadas no desenho de inóculos autóctones específicos adiante designados inóculos-TESTE (estirpe única ou mistos). 5.2 – Utilização de inóculos-TESTE para produção de protótipos de queijo à escala piloto 5.3 – Utilização de inóculos-TESTE para produção de protótipos de queijo à escala industrial 5.4 – Caracterização físico-química, microbiológica, reológica e sensorial dos protótipos produzidos na tarefa anterior	Em execução
6 – Produção e conservação dos inóculos-VALOR	6.1 – Produção à escala laboratorial de inóculos valor 6.2 – Desenvolvimento de tecnologias de preservação dos inóculos	

Bibliografia

- Albuquerque, T. G., Oliveira, M. B. P., & Costa, H. S. (2018). 25 years of European Union (EU) quality schemes for agricultural products and foodstuffs across EU Member States. In (Vol. 98, pp. 2475-2475-2489).
- Alegria, A., Delgado, S., Flórez, A. B., Mayo, B., González, P., Rodríguez, A., & Hernández-Barranco, A. M. (2016). Characterisation of the technological behaviour of mixtures of mesophilic lactic acid bacteria isolated from traditional cheeses made of raw milk without added starters. In.
- Araújo-Rodrigues, H., Tavaría, F., Santos, M. T., Martins, A. P., Dias, J., Alvarenga, N., & Pintado, M. (2020). Tecnologia de Produção de Queijo Serpa: tradição, inovação e factores limitantes - Parte I. Tecnolimentar, 22, 4-8.
- Araújo-Rodrigues, H., Tavaría, F. K., dos Santos, M. T. P. G., Alvarenga, N., & Pintado, M. M. (2020). A review on microbiological and technological aspects of Serpa PDO cheese: An ovine raw milk cheese. International Dairy Journal, 100. doi:10.1016/j.idairyj.2019.104561
- Carafa, I., Stocco, G., Franceschi, P., Summer, A., Tuohy, K. M., Bittante, G., & Franciosi, E. (2019). Evaluation of autochthonous lactic acid bacteria as starter and non-starter cultures for the production of Traditional Mountain cheese. Food Research International, 115, 209-218. doi:https://doi.org/10.1016/j.foodres.2018.08.069
- DR. (1987). Decreto Regulamentar n.º 39/87 Diário da República - Cria a Região Demarcada do queijo Serpa. In: Diário da República - I Série - n.º 146 de 29 de Junho de 1987, pp 2499-2500.
- EC. (2012). REGULATION (EU) N.º 1151/2012 OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 21 November 2012 on quality schemes for agricultural products and foodstuffs. In: Official Journal of the European Union.
- ECC. (1992). COUNCIL REGULATION (EEC) N.º 2082/92 of 14 July 1992 on certificates of specific character for agricultural products and foodstuffs. In: Official Journal of the European Communities. J ournal L 208, 24/07/1992, pp. 0009 - 0014.
- Freitas, C., & Malcata, F. X. (2000). Microbiology and biochemistry of cheeses with Appellation d'Origine Protegee and manufactured in the Iberian Peninsula from ovine and caprine milks. Journal of Dairy Science, 83(3), 584-602.
- Montel, M.-C., Buchin, S., Mallet, A., Delbes-Paus, C., Vuitton, D. A., Desmasures, N., & Berthier, F. (2014). Traditional cheeses: Rich and diverse microbiota with associated benefits. International Journal of Food Microbiology, 177, 136-154. doi:10.1016/j.ijfoodmicro.2014.02.019
- Padilla, B., Belloch, C., López-Díez, J. J., Flores, M., & Manzanares, P. (2014). Potential impact of dairy yeasts on the typical flavour of traditional ewes' and goats' cheeses. International Dairy Journal, 35(2), 122-129. doi:http://dx.doi.org/10.1016/j.idairyj.2013.11.002
- Pereira, C. I., Graca, J. A., Ogando, N. S., Gomes, A. M. P., & Malcata, F. X. (2010). Influence of bacterial dynamics upon the final characteristics of model Portuguese traditional cheeses. Food Microbiology, 27(3), 339-346. doi:10.1016/j.fm.2009.10.012
- Quigley, L., O'Sullivan, O., Stanton, C., Beresford, T. P., Ross, R. P., Fitzgerald, G. F., & Cotter, P. D. (2013). The complex microbiota of raw milk. Fems Microbiology Reviews, 37(5), 664-698. doi:10.1111/1574-6976.12030
- Ruiz-Moyano, S., Merchán, A. V., Córdoba, M. D. G., Benito, M. J., Galván, A. I., González, E., & Gonçalves dos Santos, M. T. P. (2019). Screening of autochthonous lactic acid bacteria strains from artisanal soft cheese: probiotic characteristics and prebiotic metabolism. LWT, 114. doi:10.1016/j.lwt.2019.108388
- Santos, M. T. P. G. d., Benito, M. J., Córdoba, M. D., Egas, C., Merchán, A. V., Galván, A. I., & Ruiz-Moyano, S. (2018). Bacterial Communities in Serpa Cheese by Culture Dependent Techniques, 16S rRNA Gene Sequencing and High-throughput Sequencing Analysis. Journal of Food Science, 83(5), 1333-1341. doi:10.1111/1750-3841.14141
- Santos, M. T. P. G. d., Benito, M. J., de Guía Córdoba, M., Alvarenga, N., & de Herrera, S. R.-M. S. (2017). Yeast community in traditional Portuguese Serpa cheese by culture-dependent and -independent DNA approaches. International Journal of Food Microbiology. doi:https://doi.org/10.1016/j.ijfoodmicro.2017.09.013
- Silveti, T., Capra, E., Morandi, S., Cremonesi, P., Decimo, M., Gavazzi, F., . . . Brasca, M. (2017). Microbial population profile during ripening of Protected Designation of Origin (PDO) Silter cheese, produced with and without autochthonous starter culture. Lwt-Food Science and Technology, 84, 821-831. doi:10.1016/j.lwt.2017.06.022
- Yoon, Y., Lee, S., & Choi, K.-H. (2016). Microbial benefits and risks of raw milk cheese. Food Control, 63, 201-215. doi:http://dx.doi.org/10.1016/j.foodcont.2015.11.013

Agradecimentos

A concretização dos objectivos do GO SERPAFLORA nasce da colaboração das equipas em cada uma das instituições envolvidas, assim agradecemos a todas as pessoas envolvidas nas mesmas e não nomeadas neste artigo, a saber:

Equipa IPBeja - Antónia Macedo, João Dias, Maria João Carvalho, Olga Amaral, Manuela Costa, Célia Lampreia, António Floro;

Equipa INIAV - Sandra Gomes;

Equipa ESB-UCP - Freni Tavaría, Ana Paula Martins, José Couto;

Equipa ACOS - Claudino Marcos, Maria Luísa Castro e Brito;

Equipa Certis - João Pedro Matos, Joaquim Marçal, Luísa Vidal da Silva;

Equipa Queijaria Guilherme - José Guilherme, Maria Gabriela Preto;

Equipa Queijaria Almocreva e Nuno Cavaco - Hortense Candeias, Patrícia Guerreiro, Nuno Cavaco; Valeriy Danalaky

Equipa Queijaria Eira da Vila - Marisa Gonçalves, Patrícia Diniz, Esmeraldo Miguel;

Equipa Queijaria Charrua - Joaquim Charrua, Rafael Charrua;

Equipa Queijaria Pacheco - Filomena Soudo, Vasco Alexandre Pacheco.

Mais cómodo • Mais simples • Mais perto



A PARTIR DE SETEMBRO

FORMAÇÃO PROFISSIONAL À DISTÂNCIA

Inscriva-se nos cursos já com **inscrições abertas:**

**AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL \ 50H**
FORMAÇÃO BASE DE JOVEM AGRICULTOR

**MODO DE PRODUÇÃO
INTEGRADO \ 50H**

**MODO DE PRODUÇÃO
BIOLÓGICO \ 50H**

BREVEMENTE DAREMOS MAIS NOVIDADES!

Inscrições

- _ **Telef** 284310350 / 938059547
- _ **Email** formação@acos.pt
- _ **Site** www.acos.pt
- _ **Endereço** Rua Cidade S. Paulo - Apart. 296 - 7801-904 Beja



FORMAÇÃO MODULAR FINANCIADA



ACOS AGRICULTORES
DO SUL

PÚBLICO-ALVO _ ATIVOS DO SETOR AGRÍCOLA
HORÁRIO _ LABORAL E PÓS-LABORAL
LOCAL _ REGIÃO ALENTEJO

INSCRIÇÕES

TELF.
284310350 / 938059551

EMAIL
formacao@acos.pt

SITE
www.acos.pt

ENDEREÇO
**Rua Cidade de S. Paulo
(Apart. 296) 7801-904 Beja**

CURSOS

- **JOVENS AGRICULTORES**
 - **FORMAÇÃO BASE (AGRICULTURA SUSTENTÁVEL)** 50H
 - **FORMAÇÃO COMPLEMENTAR** 150H
- **MECANIZAÇÃO BÁSICA E CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AGRÍCOLAS** 250H
*CONFERE LICENÇA DE CONDUÇÃO
- **CONDUZIR E OPERAR COM O TRATOR EM SEGURANÇA** 50H
- **MOTOSSERRAS** 50H
- **APLICAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS** 50H
*CONFERE CARTÃO DE APLICADOR DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS
- **DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS** 25H
- **PROTEÇÃO DE RUMINANTES E EQUINOS EM TRANSPORTE DE CURTA DURAÇÃO** 25H
*CONFERE CAP DE TRANSPORTADOR
- **MODO DE PRODUÇÃO INTEGRADO** 50H
- **MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO** 50H
- **CULTURA DA AMENDOEIRA** 25H
- **CULTURA DO OLIVAL** 50H
- **TURISMO EM ESPAÇO RURAL** 25H



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

WEBINAR

LUSO-ESPANHOL

SOBRE **PECUÁRIA**

EXTENSIVA

E **DESENVOLVIMENTO RURAL**



5 DE NOVEMBRO DE 2020



ACOS AGRICULTORES
DO SUL



FADSG
Federación Andaluza
de Agrupaciones de Defensa
Sanitaria Ganadera



cooperativas
agro-alimentarias
España